



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acta da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0002/AM/10, de 30-04-2010

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Sandra da Silva Palhais, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Armindo Lopes Carolino, Odete Marise dos Santos Alves, João André Varela Coelho, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Pedro Miguel Serra Santos, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Eleição de um membro para a Assembleia Intermunicipal do Pinhal Litoral;

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Pombal;

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Contrato-Programa entre o Município de Pombal e a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M.;

Ponto 2.5 – Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo da alínea e) do n.º 3 do Art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;

Ponto 2.6 – Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2009;

Ponto 2.7 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.ª Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.ª Paula Silva, Dr. Pedro Pimpão, Dr. Carlos Lopes e Dr. Adelino Mendes.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências:

Eleitos pela lista do PSD – João Manuel Vieira Cordeiro, que apresentou justificação para a sua falta.

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** usou da palavra para dizer o seguinte:

“Hoje é um dia diferente porque tenho que falar no acontecimento já por todos nós lamentado, há umas semanas atrás, e que foi o desaparecimento do nosso colega José Rodrigues da Silva, que aconteceu de uma forma um pouco inesperada para todos nós. São as pequenas traições da vida, mas mesmo assim, vale a pena cá estar de pé, outras vantagens vamos tendo e só assim é que a humanidade progride, vou solicitar-vos um minuto de silêncio, em homenagem ao nosso amigo José Rodrigues da Silva.”

De seguida cumpriu-se um minuto de silêncio.

Referiu ainda que o Sr. Pedro Francisco Pires Brilhante, cidadão imediatamente a seguir nas listas do PSD à Assembleia Municipal, aceitou ocupar o lugar vago, chamando-o para ocupar o seu lugar.

Informou também que a Senhora Deputada Municipal Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, pediu a suspensão por trinta dias, que foi chamada a cidadão imediatamente a seguir nas listas do PSD, Maria Luzia Pereira Domingues, a qual aceitou e se encontrava na sala, chamando-a a ocupar o seu lugar.

Mais informou que a Senhora Deputada Municipal Sandra Isabel dos Santos Ferreira pediu também a suspensão por trinta dias, que foi chamada a cidadão imediatamente a seguir nas listas do PS, Elisabete Maria Santos Alves, a qual aceitou e se encontrava na sala, chamando-a a ocupar o seu lugar.

De seguida, informou o Plenário de que lhe havia sido solicitado que o ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Contrato-Programa entre o Município de Pombal e a PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M., fosse retirado da ordem de trabalhos, bem como que fossem incluídos os seguintes pontos:

- Revisão do Plano Director Municipal de Pombal – Comissão de Acompanhamento – Designação de Representante da Assembleia Municipal; e,
- Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a delegação de competências do Município de Pombal na CIMPL.

Colocadas estas alterações à ordem de trabalhos a votação, a Assembleia aprovou, por unanimidade, a retirada no ponto 2.4 e a inclusão dos dois novos pontos, ficando a ordem de trabalhos com a seguinte redacção:



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

- Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;**
- Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;**
- Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;**

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

- Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2.2 – Eleição de um membro para a Assembleia Intermunicipal do Pinhal Litoral;**
- Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Pombal;**
- Ponto 2.4 – Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo da alínea e) do n.º 3 do Art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;**
- Ponto 2.5 – Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2009;**
- Ponto 2.6 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas;**
- Ponto 2.7 – Revisão do Plano Director Municipal de Pombal – Comissão de Acompanhamento – Designação de Representante da Assembleia Municipal;**
- Ponto 2.8 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a delegação de competências do Município de Pombal na CIMPL**

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse dispensado da leitura da acta da sessão anterior, a qual foi distribuída previamente pelos Membros da Assembleia, colocando-a a discussão pelo que se inscreveram os membros João Coucelo, João Coelho, Pedro Murinho e Sandra Palhais, os quais fizeram apreciações e correcções de pormenor à acta, as quais foram, de imediato, introduzidas.

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia**, leu a seguinte informação que lhe havia sido entregue pelo Senhor Presidente a Câmara:

“Relativamente à transcrição da Acta da última reunião da Câmara, de 23-04-2010, surgiram problemas com o sistema de gravação o que fez com que fosse muito difícil e como consequentemente muito moroso proceder à transcrição da mesma para elaboração da Acta respectiva, tal situação já é recorrente, pois ao que parece não é a primeira vez que acontece, tal facto fez com que todo o trabalho de preparação da documentação para a reunião de Assembleia Municipal fosse obviamente afectado.

Assim, solicito a V. Ex.ª caso assim o entenda, despache a presente informação para o responsável pelas gravações das reuniões, Carlos Saavedra, para que o mesmo proceda, junto da empresa que



MUNICÍPIO DE POMBAL

nos forneceu o material de gravação em causa, no sentido que tais situações não voltarem a acontecer, pois colocam em causa o bom funcionamento dos serviços.”

De seguida colocou a acta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com sete abstenções, seis por ausências na respectiva sessão e uma por o membro Dr. João Coucelo não ter tido acesso à acta.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido o seguinte ofício do Tribunal de Contas dirigido ao excelentíssimo Senhor Presidente do Concelho da PMU Pombal Manutenção Urbana E.M., que leu e fica arquivado nos serviços, bem como ter em seu poder os boletins da Associação Nacional de Municípios, que estão ao dispor de todos os membros, no Gabinete de Apoio à Assembleia.

Ponto 1.3 - Intervenções na generalidade.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:

João Coelho, cuja intervenção se transcreve:

“A minha intervenção surge na continuação da intervenção na última Assembleia Municipal, nas intervenções na generalidade.

Na altura, dirigi-me ao Senhor Presidente da Câmara, no sentido de o interrogar sobre as diligências e sobre as decisões que tinham sido tomadas no Executivo Municipal, por forma a combater a crise económica que assola, não só o país, mas o mundo, mas também afecta, particularmente, Pombal, e, nesse sentido, perguntei quais são os incentivos de apoio às empresas e aproveitei para dar o exemplo de um empresário de Pombal que tinha tomado a decisão de fazer um investimento da sua unidade em Proença-a-Nova, no valor de € 25.000.000,00.

À data, fui de alguma forma criticado por esta intervenção. Primeiro duvidando da veracidade das afirmações e depois da validade para a discussão, aproveitei hoje para trazer novamente as palavras do dito Administrador, o Presidente da DEROVO, que ainda durante este mês de Abril declarou ao Correio de Pombal, e passo a citar:

“O facto dos valores da Derrama, em Pombal, manterem-se no valor máximo de 1,5% e dos valores dos IMI, influenciaram a ida da fábrica para Proença-a-Nova? E esta foi a pergunta da Jornalista ao qual o Administrador da DEROVO respondeu: “Obviamente também pesou na decisão, aliás qualquer investidor tem a obrigação de olhar para tudo, seja o preço dos terrenos, seja a localização, seja as taxas e outros. A Autarquia de Proença-a-Nova lutou com unhas e dentes para que este investimento ficasse no Concelho e, apesar da nossa relação com o Município de Pombal ser muito boa, o Presidente de Proença-a-Nova deu-nos condições muito boas para a nossa decisão. O investimento de € 25.000.000,00 não pode ser pensado à toa, verdade seja dita, que o Concelho de Pombal foi de imediato eliminado nesta corrida, o custo de terrenos era muito alto.”

Perante estas afirmações, só quero reforçar aquilo que foi dito, continuo a perguntar, junto do Senhor Presidente da Câmara, que diligências efectivas, que investimentos necessários é que o Senhor Presidente da Câmara está disposto a fazer, não para responder a mim, já não é a crítica da oposição, mas para responder às necessidades dos empresários investirem em Pombal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Segundo ponto: Em relação ao instrumento que pode servir de incentivo ao investimento em Pombal, mas que infelizmente tem sido descurado pelo Senhor Presidente da Câmara, o IMI.

Tem sido longa a nossa divergência em relação aos valores dos IMI's fixados ao longo dos anos e eu tentei perceber se uma parte da argumentação do Senhor Presidente da Câmara, ao longo destes anos, e nomeadamente no último mandato, também nesta Assembleia Municipal, em que o Senhor Presidente da Câmara disse variadíssimas vezes que o problema do IMI, mais do que o valor da taxa fixada aqui, em Assembleia Municipal, era o zonamento.

Por requerimento, dirigi-me ao Senhor Presidente da Câmara para saber qual tinha sido a opinião, qual tinha sido a leitura que o Senhor Presidente da Câmara, ou a Câmara Municipal de Pombal, tinha feito do zonamento do IMI e porque uma possibilidade que é dada à Câmara Municipal é ter um interlocutor junto do Técnico das Finanças que faz esse zonamento, os Serviços da Câmara deram-me os seguintes documentos:

O primeiro, com a nomeação do interlocutor junto das Direcção Geral de Impostos, para acompanhamento dos trabalhos de zonamento.

Foi decisão da Câmara nomear como interlocutor o Senhor Arquitecto Celestino Mota, a 15 de Julho de 2003, para acompanhar os trabalhos de zonamento do IMI, em Pombal, e depois, em 2008, a Câmara Municipal de Pombal deu a sua opinião sobre a conclusão dos trabalhos, sobre o zonamento que foi feito pela Direcção Geral de Impostos, pela Direcção de Serviços de Avaliações.

Foi um grande espanto, depois de anos e anos a ouvir, por parte do Senhor Presidente da Câmara, aqui, na Assembleia Municipal, que as Finanças faziam um pobre trabalho de avaliação dos IMI's, que tinha influência no coeficiente de localização e determinar o valor a pagar à Direcção Geral de Impostos, depois de tanta critica que foi feita à Direcção Geral de Impostos, verificar com grande surpresa que as únicas alterações que a Câmara propõe ao zonamento em Pombal são em 3 sítios: zona de Flandes; entre a Rua Maria Fogaça e a Estrada Nacional n.º 1; e na rua Miguel Bombarda, também no interior de Pombal.

De todo o eco que foi dado a esta raiva por parte do Senhor Presidente da Câmara, em relação ao trabalho da Direcção Geral de Impostos, sugeriu a alteração do zonamento em apenas três ruas muito concretas, dentro de Pombal.

Pergunto agora, ao Senhor Presidente, se, efectivamente, mantém esta opinião, perante este facto, penso também que este argumento, que andou a vingar durante quatro anos, na última Assembleia Municipal, inclusive, da parte da Bancada do PSD, por parte do Dr. Manuel Domingues já não presente e se a mantém, com que argumento, porque as provas foram dadas, precisamente, por parte do executivo.”

João Coucelo, cuja intervenção se transcreve:

“Eu vou procurar ser o mais breve possível, vou apenas referir-me a três ou quatro matérias e depois vou referir-me àquilo que o João Coelho disse, mas numa breve fase, espero eu.

Eu queria dizer e chamar a atenção para o facto de nós, em Pombal, irmos ter no dia 7 de Maio uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal, que eu acho que é de maior interesse.

Por ocasião do 25.º aniversário do falecimento do Senhor Professor Doutor Carlos Alberto da Mota Pinto, vai ser inaugurado, um Centro de Estudos com o seu nome, cujo projecto está em elaboração e que, naturalmente, irá homenagear a vida e a obra de um Pombalense ilustre, que desempenhou os mais elevados cargos políticos, até ao lugar de Primeiro Ministro, e cujo desaparecimento precoce empobreceu, naturalmente, a vida política deste País.

Fica no ar o que teria sido a carreira do Professor Mota Pinto se a morte o não tivesse levado tão cedo. É uma justa homenagem, perpetua a vida e obra de alguém que foi Professor Universitário e



MUNICÍPIO DE POMBAL

que tem também, na área do Direito, obras e trabalhos publicados que serão matéria de estudo para muitos daqueles que seguem essa via profissional universitária.

Eu acho que é de esperar que este espaço seja realmente um lugar de estudo e reflexão sobre a vida de um político e de um homem cujos lugares que desempenhou e pelo amor que o ligava à sua terra mantendo-se sempre fiel a Pombal e aos seus amigos, esta será realmente uma forma de o homenagear e de manter um local de estudo sobre tudo aquilo que foi a sua vida universitária e política.

Queria também fazer aqui uma breve passagem sobre um tema que foi proposta da Bancada do Partido Socialista, numa reunião da Câmara Municipal, que tem a ver com os incentivos à natalidade.

Eu gostava de dizer que independentemente de achar que se pode pensar em várias formas de tentar resolver um problema que não é exclusivo de Pombal, é um problema nacional, há variações de Concelho para Concelho, naturalmente, mas não é um problema de Pombal.

Este é um assunto que tem de ser tratado empenhadamente por todos, a nível nacional, nós, hoje, já temos o subsídio na gravidez, o subsídio de nascimento, temos o abono de família, temos vários incentivos, não apenas a que as crianças nasçam, mas sobretudo, aquilo que é mais importante, que é manutenção das próprias crianças e das famílias.

A estabilidade das famílias consegue-se com políticas sociais, políticas fiscais de incentivo aos pais que têm famílias mais numerosas, de incentivos verdadeiros para a manutenção da rede familiar natural, normal, como todos nós olhamos, portanto pagar o acto de nascer como incentivo à natalidade é uma gota de água em tudo aquilo que é importante para que as famílias tenham estabilidade da vida económica à vida social, fiscal, aos meios para a educação, etc., etc.

Eu acho que é algo demagógico, olhar para esta proposta da forma como foi colocada, mas enfim, todos tem o direito de a fazer.

Gostava também de dizer, aqui, que, relativamente à questão que o João Coelho levantou, realmente ele acha que é muito preocupante.

Eu acho que este país é um todo, nós não podemos ter as empresas todas em Pombal, e, com certeza, que em Ansião os terrenos são mais baratos, com certeza que em Castanheira de Pêra até os dão e, se calhar, até dão dinheiro para lá instalarem empresas. O que é preciso é que haja empresas, e essas empresas ao existirem têm que ter apoios do tal plano de crescimento do país, o tal plano que se diz de estabilidade e de crescimento que é mais um plano, enfim, para responder à grave situação económica em que todos vivemos, neste momento, sobretudo porque a captação de grandes empresas para Portugal também não aparece, também não se estabelecem cá, até se vão embora, a maioria delas, e muitas delas com incentivos estatais vultuosíssimos, incentivos que foram dados nos últimos anos, portanto, isto intriga-me, que se faça aqui alguma chicana política com a situação normal da Empresa.

A DEROVO tem três fábricas em Pombal e o país é um todo. Ainda bem que a DEROVO, numa época de crise, investe em Proença-a-Nova, gostaria mais que fosse em Pombal, mas enfim, faz muito bem, está a criar emprego e nós precisamos de emprego a nível do país, não precisamos só de emprego a nível de Pombal, precisamos pensar no país como um todo e não no país fragmentado nestas políticas que só servem para levantar suspeitas totalmente absurdas.

Gostava que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal se dirigisse à ARS do Centro, isso sim interessa-me, porque uma carta desta Assembleia enviada a ARS do Centro há seis meses não teve qualquer resposta e isso é um desrespeito à Assembleia Municipal de Pombal, foi subscrita por todos os Senhores Deputados desta Assembleia e resposta zero, e tem a ver com assuntos importantes para Pombal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Para onde é que vai a Saúde no Concelho de Pombal?

O que é que a ARS Centro pensa fazer, relativamente ao Hospital e ao Centro de Saúde?

São perguntas concretas que não tiveram qualquer resposta e, portanto, gostava de pedir ao Senhor Presidente da Assembleia que, em nome da Assembleia Municipal, pergunte o que é que aconteceu à resposta àquela carta que foi enviada por esta Assembleia.”

Odete Alves, cuja intervenção se segue:

“A minha intervenção irá consistir em dois pontos essenciais: a questão do processo da Revisão do PDM que foi entregue à empresa PROGITAPE e, também, a questão do Investimento Público em Pombal.

Começando pela questão da Revisão do PDM, foi entregue à empresa PROGITAPE, há onze anos atrás.

Façamos apenas um breve resumo cronológico para percebermos um pouco deste processo, o PDM de Pombal foi rectificado em Dezembro de 1995, desde logo se percebeu que aquele PDM não servia os interesses do Concelho, nem reflectia a realidade local, por isso, logo em Abril de 1999, a Câmara de Pombal, adjudicou há empresa PROGITAPE, com sede em Lisboa, a elaboração da Revisão do PDM.

A mencionada Revisão pretendia criar um planeamento que apoiasse uma política de desenvolvimento do Concelho. Esta informação, aliás, consta ainda do sítio da Internet de que esta empresa é proprietária.

Numa entrevista que o Senhor Presidente deu ao Jornal de Leiria e que foi publicada na edição de 17 de Julho de 2008, o Senhor Presidente da Câmara, à pergunta que lhe foi feita, para quando o novo PDM, respondeu, além do mais que: “Quanto ao PDM, está em fase final de elaboração, embora com vários entraves, entraves junto do gabinete ao qual adjudicámos, quer os planos de urbanização de Pombal e Meirinhas, quer o PDM, que revela, logo à partida, incompetência e falta de saber.” Foram as palavras do Senhor Presidente.

No documento que nos foi entregue para a Assembleia de 29 de Dezembro, relativa às acções desenvolvidas pela Câmara nos últimos 3 meses, ou seja, desde Setembro até Dezembro, consta, no ponto relativo ao PDM, a preparação da denúncia do contrato para Revisão do PDM, feito com aquela Empresa.

No documento que nos foi remetido agora, também relativo às acções da Câmara, nestes últimos 3 meses, consta que foi já acordada a denúncia do contrato celebrado com a PROGITAPE e, finalmente, na reunião de Câmara do passado dia 30 de Março, foi deliberado iniciar um novo processo de Revisão do PDM que, de acordo com o cronograma que foi apresentado, deverá estar concluído em Setembro de 2012.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi ainda referido que, a causa principal da denúncia do contrato com a PROGITAPE, foi a sua incompetência, durante 11 anos.

A Revisão do PDM de Pombal tem sido sucessivamente apresentada nos vários projectos Autárquicos como um compromisso eleitoral do PSD, compromisso esse que, conforme se pode ver, não foi cumprido ainda, e tem vindo a ser sucessivamente adiado, e que pode V. Ex.^a juntá-lo ou somá-lo às muitas promessas não cumpridas.

Deste modo, não obstante termos consciência que a legislação do ordenamento do território é muito vasta e tem sido objecto de várias alterações e acredita-se que tenha também sido a causa de muitos destes entraves, não podemos deixar de perguntar ao Senhor Presidente:

- *Porque é que foi escolhida a PROGITAPE para a elaboração da Revisão do PDM?*
- *Como é que foi feita essa escolha, se por concurso ou por ajuste directo?*
- *Qual foi o prazo convencionado para a conclusão da Revisão do PDM?*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- *Que controle é que foi feito, durante estes onze anos, sobre a evolução dos trabalhos? e,*
- *Quando é que a Câmara se apercebeu da incompetência da PROGITAPE e levou este tempo todo para denunciar o contrato com aquela Empresa?*
- *Qual é percentagem do trabalho desenvolvido com a empresa PROGITAPE sobre a Revisão do PDM e, desse trabalho, qual é a percentagem que pode ser aproveitada para o futuro?*
- *Se voltamos, ou não, à estaca zero em matéria de revisão do PDM? e ainda,*
- *Se, a este ritmo, os pombalenses podem esperar mais onze anos pela Revisão do PDM, certamente já não será com V. Ex.^a mas com quem venha a seguir?*
- *Para terminar, perguntamos que medidas foram adoptadas por este Executivo para garantir que a Revisão do PDM seja, efectivamente, concretizada até Setembro de 2012.*

Sobre o investimento público resta-nos dizer que tem-se falado muito sobre o investimento público ou da sua falta, designadamente, tem-se passado a ideia de que o investimento público se resume ao PIDDAC.

Ora, o investimento público não se resume, certamente, ao PIDDAC, representa apenas uma pequena parte do investimento público que é feito no Concelho, na Região, no País, aliás, como é do conhecimento de todos, a par das transferências que foram feitas do Orçamento de Estado para esta Autarquia, em 2009, e agora também confirmadas para 2010, aliás, até aumentam em 2010, foram feitos, e continuam a ser executados, vários investimento que não vinham no PIDDAC e que são investimentos importantes.

O Programa PARES, com o investimento de 1.825.000,00; a requalificação do Parque Escolar, designadamente da Escola Secundária de Pombal, que tem um investimento de € 6.000.000,00; a Beneficiação da Rede Rodoviária e da Estrada 1.6, com o alargamento das pontes e pontões; a Beneficiação do IC8; as medidas Simplex; a Unidade de Cuidados Continuados; os Centros Educativos e o Centro de Actividade Ocupacional para Deficientes, na Guia, no âmbito do QREN; e ainda o apoio aos danos causados pelas cheias no valor de € 1.034.000,00; e ainda as Obras de Requalificação da Encosta do Castelo.

Na verdade, nós cremos que aos munícipes pouco importa se o investimento público vem pela via do PIDDAC ou por qualquer outro programa da Administração Central, o que interessa é que venha, e é na sequência disto que nós perguntamos a este Executivo que diligências têm sido feitas junto do Poder Central, para canalizar mais investimento público para Pombal.

Gostaria de terminar a minha intervenção aproveitando para dizer ao Dr. João Coucelo que, depois de o ouvir, a propósito de um comentário que fez à intervenção do João Coelho, o que me parece é que o que está em causa não é se há mais ou se há menos investimento público no Concelho, o que está em causa é que quando há um empresário que está disposto a investir no Concelho, este Executivo diz-lhe não. Não aproveita este investimento, esta oportunidade.

Jorge Cordeiro, cuja intervenção se segue:

“A minha intervenção vai centrar-se, essencialmente, num ponto já aqui a florado pelo Dr. João Coucelo e que tem a ver com a proposta do PS, em reunião recente de Câmara, do chamado incentivo à natalidade e que, oportunamente, foi votada pelo Executivo.

Essa proposta, obviamente, sendo um assunto importante a demografia, merece, naturalmente, algumas considerações, e, como foi dito, esse é um problema de Pombal, de Portugal e dos países ditos desenvolvidos, particularmente, da chamada Europa Ocidental.

O que exigirá naturalmente uma política integrada de apoio à natalidade que seja transversal a várias áreas e como diria José Carlos Ary dos Santos depois de uma frase popularizada por Simone de Oliveira, e agora muito em voga em alguns blogues, “Quem faz um filho, fá-lo por



MUNICÍPIO DE POMBAL

gosto”, quem faz um filho, fá-lo, certamente, porque há confiança e aqui, também, a chamada confiança no futuro é fundamental.

Nós achamos que as Instituições do Estado a nível Central e a nível Local poderão actuar, sim, sobre esta matéria, mas não a adjuvante do problema, podem actuar a montante, através da criação de condições para que seja gerada essa confiança a nível Social, a nível da Educação, a nível da Segurança, a nível Cultural, achamos que é fundamental, ou seja, actuação com subsídio, juntamente com outros subsídios já existentes, não nos parece que possa motivar e incentivar à natalidade, onde quer que isso seja, independentemente dos valores em causa, porque esta dimensão, quase que individualista, que entretanto se foi criando na nossa sociedade, fez com que o papel da maternidade fosse desvalorizado, em função de outras situações.

Quando nós observamos que em locais onde uma politica semelhante, até para combater também outro aspecto muito ligado a este, que é chamado a desertificação, em nada trouxe nenhum benefício, nenhum incentivo à natalidade e à fixação das pessoas.

É bom que se diga que não há nenhum estudo, não há nenhum relato, não há nada que possa evidenciar que a atribuição de um subsídio, como digo, adjuvante desta matéria, pudesse, de alguma forma, incentivar à natalidade, independentemente, repito, do valor em causa, e, portanto, quando observamos esta questão, somos levados, naturalmente, a perguntar o que é que originaria a aprovação de uma medida deste tipo.

Partilhamos uma coisa, certamente, com os nossos colegas do Partido Socialista, que é a preocupação relativa a esta matéria, mas não há nada que a questão do subsídio pudesse inverter. Uma situação que tem muito a ver com algo que se inverteu no nosso Concelho desde, sobretudo, o início dos anos noventa, é a fixação da população, naturalmente importante porque tem a ver com a criação de condições económicas de Educação e Segurança para que as pessoas possam, efectivamente, estar no nosso Concelho, conseguiu-se também devido a fluxos migratórios como é também do nosso conhecimento.

Senhor Presidente, embora em reunião de Câmara a votação tivesse sido efectuada, é impossível fazer contas, de uma forma muito directa, sobre quanto custaria esta proposta. Estamos a falar de algumas dezenas de milhares de euros, anualmente, o que não seria, certamente, por aí, pergunto, Senhor Presidente, se esta matéria merece do seu Executivo apenas uma apreciação meramente economicista, ou se entende que a questão da natalidade e do incentivo à natalidade e, naturalmente, a inversão da pirâmide etária em Pombal, e no Concelho, que nos diz respeito, tem a ver, efectivamente, com a visão que o Executivo possa ter, integrada, da ajuda e do incentivo à natalidade, a nível das áreas que eu defini?

Por outro lado, Senhor Presidente, aquilo que a Assembleia Municipal pede, obviamente, é que o Executivo trabalhe, isso sim, na criação da fixação das pessoas e possa gere essa confiança para que a natalidade aumente.

Eu não tenho formação em Sociologia, mas toda a gente sabe que este não é o momento da natalidade, não se inverte por artes mágicas, mas é um processo muitas vezes longo, por isso eram essas duas questões que eu gostaria deixar no ar ao Senhor Presidente da Câmara.

Para terminar, Senhor Presidente da Assembleia, gostaria também de pegar na intervenção do Dr. João Coelho sobre a questão da empresa que terá optado por construir uma outra fábrica do seu grupo, em outro Concelho que não Pombal.

Por essa via e por seu raciocínio, nenhuma empresa, em nenhum local, poderia alguma vez internacionalizar-se, ou seja, nós sabemos que esta Empresa, este grupo empresarial, tem fábrica em Espanha também e, portanto, por essa via, a visão muito compartimentada e muito segmentada do mercado é uma visão da qual não podemos partilhar, ainda bem que é uma empresa de Pombal



MUNICÍPIO DE POMBAL

que, tendo construído aqui as suas raízes, as suas genes, se está a estender a outros Concelhos e a internacionalizar-se.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que usou da palavra como se segue:

“Esta é uma reunião da Assembleia Municipal, para abordar assuntos que constam da nossa agenda de trabalhos como o Relatório de Contas.

É a reunião que mais me tem marcado desde que sou autarca, há 17 anos, e marcou-me porque já tive consequências por isso, pela falta de imparcialidade e da competência, da celeridade da justiça do nosso país, e também porque é das reuniões que eu reporto, em termos políticos, da utilização da maior demagogia que pode acontecer na actividade nobre de estar na política.

A nossa Câmara já foi rotulada de falida e de outras coisas mais, que não correspondem minimamente à verdade e, como nem tudo corre mal, hoje é um dia que me toca de uma maneira muito particular, porque falei com uma pessoa que, a nível empresarial, a nível nacional e internacional, tem contribuído para a melhoria da economia do país e criado postos de trabalho, e veio aqui trazer uma mais valia significativa com a doação de recheio para o nosso Museu Marquês de Pombal e quer, efectivamente, de acordo com a sua sensibilidade artística e cultural, dotar o nosso Museu de muito mais peças valiosas que ele hoje nos deixou aqui.

Obrigado Senhor Carlos Vieira, pelo seu contributo, é com estas pessoas com espírito empreendedor e de estratégia nacional que o país, hoje, cada vez mais, reclama para que, de facto os Antónios Champalimaud voltem cá porque o País precisa deles e precisa também de muitos Carlos Vieiras.

Também hoje tive a felicidade de, através de um telefonema do Senhor Secretário de Estado do Tesouro ser informado que me vai mandar um e-mail, depois de dois anos de insistência, a autorizar-nos a continuidade da Estrada Atlântica, tendo em conta todos os transtornos que surgiram, de reuniões entre a Alta Autoridade Florestal, a Direcção Geral das Florestas, o Ministério da Agricultura e o Ministério das Finanças.

Temos 4 quilómetros integrados em caminhos florestais de particulares, que deixaram fazer esse traçado sem exigirem qualquer contrapartida.

O nosso Estado de Direito e Democrático exigia-nos, à partida, conforme declaração do então Secretário de Estado, a permuta de 30 hectares de terreno confinantes com a área do Pinhal, para permitir ocupar mais uns metros de terreno no redimensionamento da Estrada Atlântica, exigência que, depois da insistência do meu colega de Leiria, foi revogada.

Também tive uma notícia que me deixou particularmente satisfeito, porque não é de fonte política, porque há muitas fontes que, a nível político, são instrumentalizadas.

Eu tenho aqui um ranking global a rotular a nossa Câmara a segunda do país num contexto dos 20 melhores Municípios de média dimensão, como a segunda Câmara em eficiência financeira.

Também tive a informação, há pouco, por telefone, através do nosso advogado, que o Tribunal Administrativo do Sul proferiu hoje um Acórdão nos termos do qual negou provimento ao recurso interposto em relação ao Cemitério do Casal Velho, porque temos lá um investimento de € 600.000,00 e que está parado.

Relativamente às interpelações, vou responder ao Senhor Deputado João Coelho.

A crise económica que existe não é fomentada pelo Município de Pombal, felizmente, seguramente, porque nós há 17 anos, encontrámos no Relatório de Contas uma dívida de 1.400.000 contos, de dívida à banca cerca de 500.000 contos e de dívida aos fornecedores e empreiteiros, cerca de 900.000 contos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Actualmente, como podem ver nos documentos, e passados 17 anos, temos uma dívida consolidada de curto, médio, longo prazo de € 8.841.000,00.

Temos à ordem, no banco, € 2.080.000,00, o que dá uma dívida consolidada equivalente àquela que tínhamos há 14 anos atrás.

Temos, por exemplo, mais de um 1.000.000 de metros quadrados de terrenos comprados, em todas as Freguesias e de € 6.000.000,00 investidos em terrenos, para não falar no património que os Presidentes de Junta conhecem em todas as suas Freguesias, que nós edificámos, construímos e que realizámos, nos últimos 17 anos.

Portanto, parabéns para Pombal e obrigado, do coração, aos meus colegas Presidentes de Junta, aos meus colegas Vereadores e a todo o staff da Câmara, pelo contributo dado em relação ao desenvolvimento sustentado e integrado do nosso País, e do nosso Concelho, em particular.

Sou acusado, como se a nossa Câmara já estivesse falida, destruída, e não tivesse estratégia, não tivesse iniciativa.

Eu reputo isso de pôr em causa todos os trabalhadores da Câmara, todos os Pombalenses e todos os que estão aqui a desempenhar funções políticas.

Em relação à crise económica, todos nós sabemos quais são as razões que lhe estão adstritas. Quando se fala na transferência de uma empresa com um investimento de € 25.000.000,00, ignoramos que a empresa, em Proença-a-Nova, tem um terreno por um preço simbólico, inferior a um cêntimo por metro quadrado.

Nós também tivemos, aqui, pelo mesmo Grupo, um investimento de € 10.000.000,00, que cria postos de trabalho.

Espero que o Senhor Dr. João Coelho não pense que o Concelho de Proença-a-Nova teve este investimento, agora, por lá estar um Presidente do PS e não estar lá um Presidente do PSD, e espero que os investimentos, a nível nacional, não se façam de acordo com as cores político – partidárias.

Em relação ao IMI, ele e os pais dele que me tragam aqui qual foi o pagamento e o aumento, nos últimos cinco anos.

No zonamento, aquilo que ocorreu foi fruto da alteração da Lei das Finanças Locais, aprovada à revelia da Assembleia da República.

Vejam como está este Estado de Direito, ainda ontem falei com a Associação Nacional de Municípios, os incumpridores, neste País, é que são os privilegiados e que os premiados. Temos candidaturas apresentadas de cerca de € 90.000.000,00, a nível do abastecimento de água em alta, do saneamento e proteladas no tempo, e muitas têm sido censuradas.

Muitos políticos defendem é os monopólios públicos do Estado para que, de facto, os boys com cartão político-partidário e não por competência, sejam colocados nessas empresas, de mandato a mandato, com privilégios e prémios de mais de € 600.000,00, sem terem em conta o desemprego, a crise económica e os milhares de famílias, deste País, que estão com dificuldades e quase a passar fome por, socialmente, não termos sido, nos últimos anos, competentes politicamente.

Houve alteração do regime de isenção do IMI, de seis para oito anos, imposto pela Administração Central.

Houve alteração dos coeficientes de ajuste em relação ao aumento de vida dos equipamentos urbanos, houve baixa de taxas Municipais, houve redução do valor do mercado e reduziram-se, infelizmente, num todo nacional, as transacções. É isso que a nossa actual Conta de Gerência vai aferir daqui a um pouco, portanto nós temos parques industriais a funcionar, temos o PDM novo para criar mini pólos industriais a servir duas três Freguesias, criámos um na Freguesia da Guia,



MUNICÍPIO DE POMBAL

investimos mais de € 3.000.000,00 lá, vamos vender os lotes não recebemos, sequer, um milhão de euros, temos lá esse diferencial.

A Derrama tem sido muito contestada. Estou aqui há 17 anos e só há 3 anos é que a aplicamos. Todos os Concelhos aqui à volta a aplicavam. Ninguém com uma facturação inferior a € 150.000,00 paga Derrama, só as empresas ricas e algumas ligadas a esses monopólios, que não têm concorrência, é que poderão pagar a Derrama, porque, infelizmente, poucos têm lucros, estão muitas empresas a fechar, e não há possibilidade de as manter com a situação actual.

O Governo, nos últimos 17 anos, não soube legislar, não soube ouvir a Associação Nacional de Municípios, não soube ouvir as Autarquias, não soube ouvir as forças vivas e as associações empresariais para que não se chegasse a este descalabro económico a que estamos a chegar e que se vai agravar, vai agravar-se quando nós mandarmos fazer obras de concepção/construção e exploração para pagar em quarenta anos. São os nossos filhos, são os nossos netos que as vão pagar.

Nós temos a obrigação de mandar planear, mandar projectar, mandar executar ou construir, pagando e é por isso que nós temos estes resultados financeiros, quem souber que a Câmara Municipal tem uma obra para fazer, sabe que há responsabilidade ética, política e profissional e competência para a pagar, caso contrário não a lança nem se manda executar.

Senhora Dr.^a Odete Alves, sabe muito bem e eu gostaria, e disse aqui muitas vezes, que me deixassem gerir esta Câmara. Nós tivemos que entregar isto à PROGITAPE, como fez a Câmara da Nazaré e outras Câmaras, porque tinha o melhor preço de concurso público, depois, eles foram encontrando justificações durante estes 10 anos que não concluíam porque a legislação estava sempre a alterar e, de facto, a Senhora é Jurista e sabe que a alteração está sistematicamente a alterar-se e a legislação é teórica, abstracta, incompetente e de difícil interpretação.

Estamos com uma inspecção e bem, durante dois meses, para ver se encontra aqui algum bode expiatório em relação aqueles pseudo-políticos que não têm ética democrática nem dão o nome, mas escrevem cartas anónimas e gastam-se muitas energias no nosso país à base de cartas anónimas, denúncias anónimas de indivíduos invejosos, incompetentes, que nunca fizeram nada na vida, nem deixam uma mais-valia aos seus descendentes porque não trabalham, vivem das habilidades e é isso que é o parasitismo, que contribui para a situação económica.

Ao fim de 10 anos criámos um Gabinete Pluridisciplinar, dotado de técnicos, porque sabemos o terreno que temos, sabemos a área que temos, sabemos aquilo que os nossos munícipes pensam, reclamam e merecem que se faça, através dos seus Presidentes de Junta.

Vamos ter um PDM não como a primeira família dos PDM's, que foi toda incompetente, os projectos de PDM eram copiados uns pelos outros. Esta era a realidade nua e crua do nosso país, o contrato foi de € 67.173,00, pagámos metade, mais IVA, mas foi o contrato mais barato, e se eu não adjudicasse isto ao mais barato tinha problemas.

Haja transparência não só de boca, nos actos, nas acções, na imparcialidade, nas convicções que devem ser respeitadas e também naquilo que os homens e mulheres de boa vontade, em termos de cidadania, devem ser, mesmo aqueles que são políticos ou que só fazem política, porque nós precisamos de alterar radicalmente a mentalidade dos Portugueses para pôr isto no bom caminho, Eu tenho a minha quota parte, a Senhora também, mas não é com demagogia que resolvemos os problemas nacionais.”

Tiago Galvão, que fez a intervenção seguinte:

“A minha intervenção vai falar de três pontos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

No primeiro ponto, gostaria de falar sobre o Regulamento que me foi enviado pelo Vereador Pedro Pimpão, esta semana, sobre os Conselhos Municipais da Juventude. Gostava de colocar apenas quatro questões sobre o regulamento:

- *Porque motivo o Projecto de Regulamento não cumpre a Lei, nomeadamente, aos pareceres obrigatórios?*
- *Qual o compromisso que a Câmara assume com a Assembleia ao fazer o Regulamento para a aprovação?*
- *Porque motivo não foi aprovado o Regulamento em reunião de Câmara?*
- *E se a versão, que me enviaram há três dias é então a versão definitiva?*

Vou apenas referir qual é o Artigo que eu estou a pôr em causa. É o Artigo 6.º que está na legislação em vigor e os restantes que dizem respeito a esse artigo.

Em relação à minha segunda intervenção, gostaria de falar sobre a Expo-Juventude.

A Expo-Juventude decorreu no passado mês de Março, entre os dias 26 e 28, e ficou aquém das expectativas.

Em primeiro lugar porque não conseguiu atingir um primeiro objectivo que seria o de difundir, entre a comunidade jovem do nosso Concelho, as instituições e as associações que estiveram presentes, e isto aconteceu por dois motivos, primeiro pela falta de associações presentes ou pelas poucas associações participantes e, em segundo lugar, pela falta de visitantes, senão repare, os Workshops e actividades realizadas pelas instituições e associações participantes na exposição, só contaram com a presença dos expositores, a afluência no decorrer da exposição e em todos os dias foi fraquíssima a grande parte das pessoas que frequentaram a EXPO eram participantes do invento XL-party.

Em segundo lugar, não podia deixar de reparar na acção deste executivo e nas preocupações que realmente sentem em relação aos jovens Pombalenses. Este Executivo acha que os jovens, realmente, necessitam é de festas e noitadas, senão teria tido uma intervenção bem mais pedagógica e interessante diante da juventude.

Esta bancada é da opinião de que se devia intervir no que realmente são os problemas dos jovens em vez do dinheiro, quanto a nós, mal gasto nesta exposição. Seria sido muito mais vantajoso, para Pombal e para a juventude, a realização de uma feira de emprego e de acesso ao ensino superior, e não foi por falta de informação nem de vontade de outras associações e instituições.

Gostaria de recordar o Executivo que a Associação dos Estudantes Pombalenses do Ensino Superior, fazendo-se representar por mim, Tiago Galvão e por um ex-dirigente, numa reunião, em 2008, com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Narciso Mota, em que demonstrámos e discutimos a possibilidade de concretizar o projecto da Feira de Emprego e Acesso ao Ensino Superior de Pombal, tivemos a receptividade total do Sr. Presidente da Câmara que nos concedeu, de imediato, o pavilhão da EXPOCENTRO, ficando de contactar a ADEPES para dar início a reuniões com os Vereadores da Juventude e da Educação.

Sabe-se que, até hoje, não existiu nenhum contacto neste sentido. Presumimos que o Executivo tenha deixado este projecto para trás, mostrando a falta de vontade e de empenho na realização de um evento importantíssimo para o nosso Concelho, uma vez que, o principal problema que afecta o nosso Concelho e os jovens no nosso Concelho, é o desemprego.

Gostaria também de colocar uma questão. Quanto foi gasto nesta exposição?

Gostaria também, num terceiro ponto, de falar da apresentação, pelo Partido Socialista, da Proposta sobre a natalidade.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Caro Deputado João Coucelo, ainda bem que nos concede o direito de apresentar propostas para o bem do nosso Concelho, acho que é nisto que reside o verdadeiro conceito de Democracia, mas gostaria também de o esclarecer.

Isto é mais que um incentivo, é um apoio que ajuda à fixação dos Pombalenses e iria dar um grande apoio ao comércio local, uma vez que não seria atribuído dinheiro, mas o montante seria gasto através de produtos no comércio local.

Gostaria ainda de responder também ao Deputado Jorge Cordeiro,

O Governo Central tem responsabilidades e aí estamos todos de acordo. Também o executivo Camarário tem responsabilidades. O esclarecimento foi dado como eu disse no anterior ponto destas pequenas medidas de apoio social.

O Governo já investiu e é bom de lembrar e já existiu, neste Concelho, através do Programa Pares, e aí excluiu completamente a intervenção do Executivo, por isso, penso que as intervenções feitas, a este nível, com grandes encargos económicos, também contribuem, do meu ponto de vista, para a natalidade.”

Catarina Silva, cuja intervenção se segue:

Em primeiro lugar, e tocando aqui no ponto da natalidade, eu trabalho numa empresa que tem incentivo à natalidade, € 250,00, quer para homens, quer para mulheres, e não é por causa disso que temos mais crianças, se calhar, o incentivo é pouco, não sei, também não tenho filhos mas não é por € 250,00 que não os tenho.

Eu venho falar sobre desemprego. Já falámos aqui neste assunto, e queria começar esta minha intervenção com algumas frases muito ouvidas

- Portugal está sob o efeito de contágio da crise Grega;
- A crise de Portugal: O mito e a realidade;
- Crise, a palavra que ordena nos dias que correm;
- Tudo se faz, tudo se pesa para vencer a crise, para ultrapassar a crise, para não sucumbir à crise.

Não é uma palavra muito bonita de se dizer, crise, palavra pequena mas que, quando dita, adivinha sempre qualquer coisa menos boa. Outra palavra também nada agradável de se ouvir é desemprego.

É verdade, para nós, esta palavra tem mais significado do que para outros, são raras as exceções de alienação deste tema, é claro que todos temos na família, ou em amigos, alguém que está ou vai ficar desempregado.

O desemprego já assusta, na maior parte, os estudantes do ensino superior. Eu passei por lá, sei do que falo, quando estamos lá pensamos: “quando eu sair daqui o que é que eu vou fazer?”

Este é um tema preocupante da nossa sociedade e, como cidadãos que somos, é um tema que nos preocupa, e se não preocupa devia de preocupar, a bancada social democrata não é exceção e está preocupada com o crescente aumento do desemprego no Concelho.

A crise social e económica que vivenciamos faz com que o tema do desemprego seja mais evidente. A crise económica e social em que estamos mergulhados faz crescer o desemprego ou fez crescer o desemprego e continua a fazê-lo.

Todos os meses somos confrontados com estatísticas e mais estatísticas que nos referem o aumento do número de desempregados, o aumento do desemprego e da pobreza, o aumento do número de portugueses a viver em condições precárias.

Qual é a nossa posição, que contributos podemos dar para melhorar esta situação?

Vamo-nos centrar nas soluções e não nos problemas.

O desemprego existe, está a crescer, procuram-se soluções.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Referindo alguns dados de IFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, e não querendo alongar-me em percentagens e estatísticas - tudo isso está disponível para consulta no INE e no IFP-, no último relatório que determina isto, e eu falo do mês de Março de 2010, estavam registados nos Centros de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, um total de 571.754 desempregados, número que representa 85% de um total cerca de 666.000 pedidos de emprego.

Os dados de IFP contam que o desemprego registado aumentou 18,1%, comparativamente a Março de 2009, e 1,9% quando confrontado com o valor do mês anterior, Fevereiro.

Do total dos desempregados registados que eu referi, 1.764 pertencem ao Concelho de Pombal, divididos entre 748 homens e 1.016 mulheres. Deste número, 783 têm idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos, seguindo-se a faixa etária dos 25 aos 34 anos, comparativamente com o mês de Fevereiro, o número de inscritos aumentou, no Concelho de Pombal. Em Fevereiro estavam registados um total de 1.736, portanto 28 a menos do que em Março e, comparativamente com o mês de Janeiro de 2010, também aumentou. Em Janeiro de 2010 estavam inscritos 1.728, portanto, menos 36 do que em Março.

Considerando estes mesmos meses, Janeiro, Fevereiro e Março de 2009 concluímos que o número de desempregados também aumentou, em Janeiro de 2009, o número de desempregados era de 1.384, em Fevereiro de 1.446, aqui houve uma subida enorme, e, em Março de 1.495.

Portanto, comparando Março de 2009 e Março de 2010, temos um aumento de um ano para o outro de 269 desempregados, tendo em conta a população activa no Concelho de Pombal.

Faço referência ao facto que, deve entender-se como desemprego registado, todos os que não têm um emprego e estão imediatamente disponíveis para trabalhar, incluindo o primeiro emprego ou novo emprego.

Na Região Centro, com números elevados de desempregados, destaca-se, muito superior que em Pombal, a maior parte também são Concelhos maiores que Pombal, Aveiro, Águeda, Castelo Branco, Coimbra, Figueira da Foz e mais próximo de nós, em número de população, Marinha Grande, Ovar e depois, numa segunda perspectiva, Viseu.

Só queria também referir que existe a iniciativa Emprego 2010, já promovida pelo IFP, e nós sabemos, a Bancada Social Democrata, sabe o limite de acção da Câmara Municipal de Pombal e do Município, mas nós não podemos ficar de braços cruzados à espera que melhores dias apareçam, não podemos ficar de braços cruzados à espera que a crise decida ir embora, É importante a mobilização de todos, e do Município em particular, neste combate, dai que, perguntemos ao Senhor Presidente da Câmara, qual a posição formal do Município, face a esta problemática, tendo em conta o limite de actuação que é bastante.

Existem pensadas, ou de alguma forma implementadas, algumas medidas que visem o reforço da empregabilidade, no Concelho, de forma a torná-lo ainda mais competitivo ao nível do emprego.

Eu orgulho-me muito de viver em Pombal, de viver, de ser pombalense, viver no Concelho de Pombal e de ser louriçalense.

A minha actividade profissional baseia-se na consultadoria, por isso percorro um bocadinho o país inteiro, e tenho muito orgulho em dizer que sou de Pombal e dizerem-me assim: “Pombal? Pombal está muito bem.” Isto é verdade e não estou a inventar, portanto, - e noto isto desde o início da minha actividade profissional – goza de muito boa saúde e de muito boa imagem. Isso é um facto a realçar.”

Vítor Gomes, cuja intervenção abaixo se transcreve:

“Vou só intervir por breves momentos, e voltar atrás, à última Assembleia, porque já não tive oportunidade de intervir no fim, já tinha falado toda a gente e já não deu tempo para responder a algumas questões.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu falei sobre dumpings no rio Arunca de águas provenientes de actividades das cerâmicas, portanto, das lamas do barro que são despejadas para o Rio sem qualquer controle e falei também sobre as sucateiras.

O Senhor Presidente da Câmara disse-me, ou deu a entender, que eu não sabia distinguir o que eram águas turvas provocadas pela pluviosidade, e águas turvas provocadas pelo despejo das águas barrentas.

Eu quero dizer ao Senhor Presidente da Câmara que sei, perfeitamente, distinguir uma coisa da outra. Eu conheço bem o Rio, desde pequenino, foi onde eu aprendi a nadar, foi a minha piscina, foi onde eu tive os primeiros contactos com a água, portanto, conheço muito bem o rio, além disso, vivo lá perto.

Ora bem, eu sei que a Câmara Municipal de Pombal não tem poder fiscalizador sobre estas actividades, quer no rio em que sei que é o INAGUE, quer nas sucateiras, que sei que é a CCDR, neste caso a CCDR do Centro.

A Câmara de Pombal não tem obrigatoriedade, directa, de fiscalizar estas actividades, mas tem obrigatoriedade de prevenir estas actividades, no Concelho de Pombal, porque uma das principais funções da Câmara, como devem saber melhor do que eu, é zelar pelos interesses e pelo bem estar dos seus cidadãos e não permitir que se instalem no Concelho de Pombal sucateiras, em qualquer parte, em qualquer sitio, como não é permitir que se despeje, no rio, tudo aquilo que se quiser.

A Câmara devia fazer alguma coisa, e há alguma pedagogia neste aspecto, junto do INAGUE para as descargas no rio, e junto da CCDR Centro sobre as sucateiras, porque a Câmara de Pombal também sabe quais são as que estão legais e quais são as ilegais, disse, na última Assembleia, que havia uma única sucateira legalizada no Concelho de Pombal, ora, só havendo uma, por exclusão de partes, todas as outras são ilegais.

A Câmara já devia ter feito a inventariação dessas sucateiras e convocado para esse processo a CCDR, porque a CCDR tem leis que tem que cumprir, tem normas e procedimentos em vigor, e eu tenho-os aqui, se a Câmara não os tem, eu até os posso facultar, portanto, a Câmara tem aqui um trabalho, não é ao comum dos cidadãos que cabe fazer isto.

Tenho só mais um assunto, como sabem a Estrada Nacional 1.6 está a ter intervenção nos pontões, e tem duas estradas que servem de alternativa a esta, que é a estrada que serve o Outeiro da Cruz, Santiago de Litém, passando por Remessa, Barrigueira, Salgada, e por ai fora.

Não sei se a Câmara tem conhecimento do miserável estado em que estas estradas se encontram, era bom que a visse e, pelo menos, mandar tapar os buracos.

A estrada que liga Melga, Catela, Sourão, Gavária, Serra de Bonha, Andrés, Valada, Outeiro Alto, está em péssimas condições de conservação, tem partes por asfaltar, buracos por todo lado, há covas que estão lá, há anos, sem que alguém tenha passado por lá e tenha nivelado a estrada.

Era bom que reparassem, porque estas estradas, neste momento, estão a servir como alternativa à Estrada Nacional n.º 6, é uma estrada perigosa, maltratada, miserável, e a Câmara de Pombal tem que considerar os cidadãos que vivem nessa região como qualquer outro cidadão no Concelho de Pombal.”

Pedro Murinho, que fez a intervenção abaixo:

“Duas notas. Uma para responder aqui ao colega, Tiago Galvão, da Bancada do Partido Socialista, sobre a Expo Juventude.

Se esta Câmara não realizasse uma Feira da Juventude era crucificada, porque a realizou volta a ser crucificada.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Lembro-me que, na aprovação do Orçamento, em Dezembro, o mesmo colega, Tiago Galvão, ficou um decepcionado com a verba que era mencionada para a Juventude, concretamente, para a feira da juventude, agora, está preocupado com o valor que foi gasto na semana da Juventude.

Este é um valor que não me preocupa nada, porque a iniciativa a que assistimos, na Expocentro, é de louvar, e, sendo o Tiago o Presidente da JS de Pombal, faço-lhe uma pergunta:

Tem conhecimento de quantas Associações Juvenis existem no Concelho de Pombal?

Eu vou-lhe responder. Inscritas no Regime Nacional de Associações Juvenis, existem duas: a Horizonte de Almagreira e a Pombal Jovem de Pombal. Estiveram as duas representadas a mostrar aquilo que muito bem sabem fazer em prol de uma comunidade.

Sabe quantas Associações de Estudantes existem no Concelho de Pombal? Queria só dizer que o associativismo juvenil esteve muito bem representado na Expo Juventude. Diversas actividades foram lá realizadas e lembro que estiveram lá presentes 16.500 visitantes, portanto, não é um número assim tão baixo, uma participação tão fraca, como o Tiago acabou de dizer. Queria deixar isto bem claro.

O Grupo Amador de Teatro de Almagreira acabou de completar 10 anos de vida. É um grupo que mostra cultura no Concelho de Pombal e concretamente, na Freguesia de Almagreira, e eu queria dar os parabéns a este grupo e convidar todos os membros, aqui presentes, a assistirem à sua nova encenação a “Nova Lenda de Simão Cavaleiro”, que estará em palco, no dia 30 de Maio, por ocasião do Festival de Teatro de Pombal, pelas 18 horas no Teatro-Cine.

António Carrasqueira, que fez a intervenção abaixo:

“Uma vez que a DEROVO passou ali ao lado, no IC8, por Abiul, a caminho da Sertã e de Proença-a-Nova, se eu soubesse quando lá passava tinha-a segurado e ficava ali, em Abiul, dava-lhe terreno, umas carradas de tout-venant, mas não tive essa a possibilidade, paciência, lá se foi a DEROVO, um dos accionistas até parece que é de Abiul.

Eu estava a dar o subsídio de natalidade aos recém nascidos, há 4 anos, em Abiul, mas como lá, ainda só as Senhoras é que dão à luz, eu não sabia e até agradeço, pode ser que eu até incluía isso na reunião de Assembleia de hoje.

Mas para não andarmos aqui todos taciturnos e só a pensar nos problemas da vida e nos grandes investimentos, vamos também ter alguma coisa que nos alegre.

Eu estou aqui a congratular-me, deve-se manter a tranche dos pólos escolares que se estão a construir.

Abiul foi contemplada com um pólo escolar, e então quero congratular-me porque aí há dinheiro do QREN, mas é a única coisa que tenho do QREN, aliás, do Estado, Não obstante, tenho centenas de quilómetros de estradas alcatroadas, estamos a fazer uma nova extensão do Centro de Saúde, nova sede para a Junta, um edifício que está a crescer a olhos vistos e que vai ficar muito bonito, e isto é tudo a expensas da Câmara, e no Pólo Escolar também a Câmara vai investir, e vai investir em mais.

Estamos a fazer a requalificação urbana de Abiul, a antiga Casa do Povo vai ser requalificada, tudo a expensas da Câmara.

Congratulo-me, efectivamente, com isso. Está um edifício muito bonito, honra uma Freguesia, honra o Concelho, encontra-se debruçado numa colina sobre a vetusta povoação histórica de Abiul, ao pé da escola onde o meu amigo e colega Dr. Carolino estudou, a Escola Primária de Abiul, e se ele lá for hoje ver aquilo, tenho a impressão que é capaz de lhe dar algum chique e desmaiar com a obra que lá está.

Convido cada um, per si, a passar por lá, informalmente, e verem a escola, está realmente bonita, é digna de ser vista e isso orgulha-nos a todos nós, orgulha o Concelho de Pombal, nem tudo são



MUNICÍPIO DE POMBAL

tristezas e, se há coisas que, no dia a dia, nos afligem, de vez em quando temos os nossos problemas com o nosso Presidente da Câmara, efectivamente congratulo-me com isso.

Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, ficarão orgulhosos quando virem a digníssima obra que está ali. Por tudo isso, bem hajam.”

Manuel António, cuja intervenção se segue:

“Eu venho aqui apelar, uma vez mais, à atenção do Executivo, e vem na linha de uma preocupação da Bancada do PS, em relação às questões ambientais.

Como sabemos, aqui, na Assembleia Municipal, em boa hora, se aprovou, por unanimidade, as medidas preventivas para o aquífero da Mata do Urso e a Freguesia da Guia continua preocupada com a procura e o interesse que aquelas nossas areias aqueles nossos terrenos ali, colocam à actividade económica.

A minha intervenção é, basicamente, para dizer ao Senhor Presidente que a Assembleia de Freguesia da Guia e o Executivo da Guia, deram uma vez mais um parecer negativo, ou seja, interferiram no interesse de uma das empresas que está a pedir uma área imensa, tem a seu lado a população da Freguesia, bem como a Assembleia de Freguesia e o seu Executivo, como não poderia deixar de ser, para uma posição forte face à CCDR, por exemplo, e às entidades que tutelam a atribuição de direitos de prospecção e pesquisa da actividade mineira, e que esta actividade não pode ser olhada, única e exclusivamente, na perspectiva da Freguesia, tem que ser vista no seu todo.

Nós sabemos que há gente competente nos serviços camarários, nesta área e que tem trabalhado de acordo com a lei, obviamente, mas estou preocupado e a minha Assembleia de Freguesia também, manifestaram isso na última sexta-feira, e, se calhar, se não tomarmos posições mais firmes, as entidades que tutelam estas actividades licenciam, independentemente, do parecer desfavorável, das Freguesias e das suas Assembleias, ou até do Município e da Assembleia Municipal, nomeadamente, após as medidas preventivas terem sido aprovadas, já por todos nós.

Senhor Presidente eu sei que vai ter este assunto, certamente, durante a próxima semana, em cima da sua secretária, que tem a ver com a alteração a um pedido de atribuição de direitos de concessão mineira, e esperamos, a população da Guia espera, obviamente, que a posição do Município também seja de oposição, de acordo com as Medidas Preventivas, isto é, a proibição da ampliação das actividades existentes, bem como a implantação de novas actividades.

É isso que nós esperamos que venha a ser cumprido, até porque foram já publicadas, e republicadas, no dia 19 de Março, deste ano, as medidas com as devidas alterações, e, obviamente, contamos com o apoio da Bancada do PS e com todos os meios à sua mão, para que este tipo de actividades sejam devidamente enquadradas e analisadas no seu todo. Os recursos naturais não estão só no Concelho de Pombal, também estão no Concelho de Leiria e da Figueira, e visto de cima, já o disse aqui em outras ocasiões, até através do Google Earth, ver qual é o impacto das pedreiras para que depois, quando chegarmos a altura de defender, às vezes, medidas um pouco chatas, junto da actividade económica, dizer não, porque não traz valor acrescentado ao nosso Concelho.

Assim aconteça, até para respeito das posições que esta Assembleia já tomou, e é nesse alerta que a minha intervenção é feita, dizer ao Senhor Presidente que tem a população da Freguesia da Guia a seu lado, se tiver que dizer não, diga, e se, porventura, as entidades superiores que tutelam estas actividades se pronunciarem favoravelmente, cá estaremos, certamente, para defender os interesses das nossas populações.”

Guilherme Domingues, cuja intervenção se segue:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“A minha intervenção vem na sequência da intervenção do Deputado Vítor Gomes e para fazer, de algum modo, também minhas, as palavras que ele aqui utilizou, e dar conta da situação, profundamente vergonhosa, a que as pessoas, a que os habitantes da Freguesia de Santiago de Litém e as pessoas que se dirigem a Santiago de Litém, estão efectivamente sujeitas, actualmente, em face das obras de intervenção nos pontões na E.N. 1.6.

Estas obras são fundamentais para a Freguesia de Santiago de Litém e para toda a população que utiliza aquela estrada, no entanto, a total inexistência de alternativas, a total inexistência de sinalização, o estado absolutamente calamitoso dos caminhos para os quais foi remetido o trânsito durante este período, tem provocados inúmeros acidentes, situações graves, tivemos, durante 3 meses, aquelas estradas que o Deputado Vítor Gomes referiu, sem qualquer manutenção, em que os buracos não foram tapados e, de facto, foi um período muito chuvoso e o trânsito acabou por danificar, ainda mais.

São estradas que estão a carecer de uma intervenção profunda, todas elas carecem de projecto de saneamento e, por isso, aguardam esse tipo de obra. Entendo perfeitamente que elas não têm qualquer condição para ter uma intervenção profunda, no entanto, aquilo que eu não consigo admitir, é que o empreiteiro não tenha criado acessos alternativos laterais, próximos da própria obra, não tenha colocado sinalização. Uma pessoa que aqui esteja, não conheça e queria ir hoje a Santiago de Litém ou a uma das localidades próximas de Santiago de Litém, faz um esforço quase inglório para conseguir lá chegar, porque os caminhos para onde são remetidos são profundamente vergonhosos. Estou cansado de insistir no sentido que haja sinalização esclarecedora, explícita, e que, efectivamente, direcione o trânsito para as vias que têm condições para trânsito pesado.

Houve uma situação em que a Junta de Freguesia de Santiago, juntamente com a Junta de Freguesia de Pombal, interveio, num caminho agrícola que, neste momento, está a ser utilizado como um dos caminhos de maior utilização nesta situação e é, de facto, injustificável, que tenham sido estas duas entidades que tenham que ter intervindo numa situação destas, quando, na própria obra, tudo isto devia estar salvaguardado, depois é saber se as consequências desta obra, nos outros caminhos, tem algum tipo de reparação ou não e nós ficamos, efectivamente, com o prejuízo.

Era bom que esta situação - e eu já o tinha referido na última reunião de Presidentes de Junta -, fosse salvaguardada porque, entretanto, começam a chegar os imigrantes, vem o mês de Julho, vem o mês de Agosto, e nós vamos passar um verão completamente calamitoso naquele tipo de trajecto. É bom que esta situação não se arraste até lá.”

João Coucelo, que usou da palavra como se segue:

“Eu não estou particularmente desagradado com coisa nenhuma.

Eu queria dizer à Dr.^a Odete o seguinte: habituei-me, ao longo de muitos anos, para obter uma resposta certa a fazer uma pergunta ta certa, quando a pergunta já traz metade da resposta, é evidente, que alguma coisa está inquinada.

A Sra. Dr.^a Odete pensa que o Senhor Presidente da Câmara, como qualquer outro, alguma vez deixaria fugir um investimento de Pombal se o pudesse preservar cá?

Pensa alguma vez que algum Autarca faria uma coisa destas, sobretudo um Autarca que tem ganho estas eleições com 70%, 68% dos votos, porque as pessoas reconhecem o trabalho dele? Eu penso que não.

A questão é: Sabe a Sr.^a Dr.^a quanto é que custa 1m2 de terreno no Parque Industrial Manuel da Mota? Sabe quantos metros eram necessários para construir essa fábrica e se eles estavam



MUNICÍPIO DE POMBAL

disponíveis no nosso Parque Industrial? Sabe quanto é que custaria comprar o terreno para uma fábrica dessas? Sabe?

Eu, se calhar, também não sei, mas sei que, de certeza, não custava um cêntimo.

Foi a Derrama, afinal, que deu cabo disto tudo, pronto. Foi a interpretação que a Senhora deu e foi com isso que discordei, porque acho que isso é uma interpretação abusiva, mas disse outras coisas que não estão lá, e tem todo o direito de dizer.

Eu gostaria de dizer que também gostava que essa fábrica cá ficasse, como gostava muito que Portugal tivesse um desenvolvimento económico, tão em consonância e uma situação financeira tão boa como tem o Município de Pombal, mas estabeleçam as pessoas as comparações.

Depois queria dizer ali, ao Tiago Galvão o seguinte: eu não preciso de receber lições de democracia de um jovem, mas também aprendo com os jovens todos os dias, e a Democracia não se esgota no direito à diferença, à diferença de opinião ou outra qualquer, implica responsabilidade, verdade, ética nos comportamentos que hoje muito se fala, e é isso que a nossa Democracia, infelizmente, não tem, neste momento, portanto, eu gostava de dizer que não lhe levo a mal ter dito o que disse, e aceito-o perfeitamente, mas interpretou mal as minhas palavras.

João Coelho, cuja intervenção se transcreve:

“Em relação à intervenção que eu fiz, da DEROVO, é apenas um exemplo, quero frisar exactamente isso, é apenas um exemplo de um empresário que manifestou a sua opinião publicamente e que, a bem da verdade, sabemos nós que é uma opinião partilhada por muitos empresários, não só de Pombal, mas que ponderaram um dia investir em Pombal.

Podíamos enumerar mais exemplos, mas penso que este basta pelo facto de terem sido palavras taxativas, taxativas no ponto em relação aos impostos municipais e em relação, como é óbvio, ao preço do terreno.

Cabe ao Senhor Presidente da Câmara fazer uma decisão que é económica, mas também é política, e portanto, em princípio, ele teve a oportunidade de contra argumentar aos valores que vieram de outro Município, penso eu que terá sido assim, mas podemos ser esclarecidos, naturalmente, pelo Senhor Presidente da Câmara, e era nesse sentido, de saber o que é que ele faz, em concreto, quando instigado por um investidor para investir em Pombal, tendo em conta os instrumentos que tem à sua disposição, para que o investimento se fixe em Pombal.

Eu aproveito estarmos ainda por volta do 25 de Abril para pegar um pouco no exemplo do companheiro, e digo companheiro porque é do PSD, o Senhor Deputado da Assembleia da República, Aguiar Branco, para citar alguém que será também uma referência ideológica do Partido Social Democrata, Adam Smith que disse que, no mundo concorrencial, há uma mão invisível que empurra o investidor para os preços mais competitivos.

Ora, se isto se vos é caro, então eu penso que também devem pensar numa competição regional. Se nós, realmente, temos os preços ou os factores mais competitivos, e não vamos, como é óbvio, entrar nesta demagogia de comparar Portugal com Espanha, Pombal com Espanha, porque senão isto não tinha limite.

Estamos a falar exclusivamente de um investidor que tenta investir quando tem dinheiro para investir, onde é que investe? Vem a Pombal, pergunta o que é que há, não há, então vai para outro lado, e era isto que eu queria ver respondido, primeiro ponto.

Segundo ponto, para dizer que eu não vi respondida a minha interrogação sobre o zonamento, eu pelo menos não fui esclarecido.

Peço desculpa, Senhor Presidente, se interpretei mal, mas, em relação ao zonamento, o Senhor Presidente da Câmara, durante 4 anos, disse que o problema do IMI, em Pombal, era do zonamento, não referiu mais nada, era o zonamento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Quando teve a oportunidade de, junto da Direcção-Geral de Impostos, dizer qual é que era a sua opinião sobre o zonamento, disse apenas que está mal em três ruas, uma na zona de Flandes, ao pé do Campo Armino Carolino, uma rua à beira da Nacional e uma rua no Centro de Pombal, três ruas. É este o problema do zonamento em Pombal?

Tiago Galvão, que pediu a palavra para esclarecer o seguinte:

“Eu continuo preocupado com a falta de investimento na juventude. O que eu continuo a defender é que, esse pouco dinheiro que foi solicitado para o Pelouro da Juventude, deve ser investido em áreas muito mais concretas, e muito mais problemáticas, da juventude, e não na Festa que foi apresentada, é só isto que eu quero dizer.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu aos membros da Assembleia, como se segue:

Relativamente ao zonamento, aquelas ruas foram as primeiras que se aferiram, foi a primeira fase, agora já se pediu uma intervenção, de três em três anos, para outras áreas do Concelho, depois analisámos as avaliações pelas Finanças, recebemos pessoas que, efectivamente, estavam a ter os prédios avaliados por preços superiores aos de transacção, e já fizemos a nossa diligência para, excepcionalmente, fazer a correcção de mais alguns coeficientes de zonamento, porque os estudos não são estáticos e, às vezes, não são os melhores que a gente pode fazer.

Portanto, meus caros amigos, há muita coisa que se fala baseada em sentimentos, em revanchismo, em inveja, em falta de conhecimento, em egoísmo e também no parasitismo e está aqui um empresário, que eu já sei quem é, muito meu amigo, mas que, efectivamente, quer que eu compre a consciência dos Técnicos desta Câmara.

Senhor Deputado, eu penso que o empresário tem tido muito apoio dos técnicos da Câmara que sabem que a nossa legislação é teórica, incompetente, demagógica e abstracta e, em termos de ordenamento, fui crucificado, aqui, há 15 anos, por um empresário que até nem tinha justificação para abrir falência, não os desafectaram o terreno da Reserva Ecológica no Parque Industrial da Formiga, a Câmara comprou o terreno por 170 mil contos, está lá há mais de 10 anos.

Num determinado terreno florestal, exigiu o licenciamento de construções que já estava a iniciar, querendo que os meus Técnicos, ao serem inspeccionados, corressem riscos.

Eu tolero muita coisa, mas não tolero pessoas tendenciosas, parasitárias, que querem construir fugindo ao pagamento de taxas, que sabem que têm uma área florestal, que têm de ocupar determinados hectares e que não o podem fazer, façam pressão junto dos técnicos do Município.

Que espírito prático é que há, neste país, para a gente estar em sintonia com aquilo que diz sobre eliminar a desertificação e as assimetrias, quando estamos a fazer tudo por tudo para fixar as pessoas nas grandes metrópoles, a Câmara de Oeiras 6 ou 7 vezes mais em orçamento que o nosso Concelho, tem 40 km², a Câmara da Amadora, também 5 ou 6 vezes e tem 29 km².

Portanto, vamos ver se o PDM permite tirar aqueles índices de ocupação de terreno florestal que são só 5% e se passa para 30% ou 40%, para a gente licenciar lá mais aviários.

Meu caro amigo, esse empresário não tem rigorosamente razão nenhuma, mesmo que nós deixássemos construir a 100% na floresta dele, onde ele já tem outras instalações e que estão a ser licenciadas, ele não conseguia retirar de Proença-a-Nova esse investimento de 3.000.000 de galinhas para produzir ovos e para não os importar de Espanha.

Esse empresário pertence a um grande grupo de empresários que tem tido muito apoio do Estado, são daqueles que efectivamente, criam postos de trabalho, investem, o primeiro investimento foi de 800.000 contos a fundo perdido e para Proença também foi porque até permitia esse apoio, e ainda bem, ainda bem que há apoio porque precisamos de empresas, de micro empresas, mas esse apoio devia de ser dado a todas as pessoas, não só aos habilidosos, àqueles que têm amigos, e



MUNICÍPIO DE POMBAL

esse individuo, apesar de ter amigos, aqui, na Câmara, e eu até sou amigo dele, de longa data, em relação às pessoas que se relacionam não deve pedir ao Presidente da Câmara que imponha uma coisa que é ilegal.

Depois e vou-me embora, venham outros melhores, mas quero sair daqui com a consciência tranquila e não quero ser rotulado de ladrão, nem de oportunista, nem de parasita, nem de malandro, nem de rico à custa do erário público.

Em relação ao ambiente, Senhores Deputados Vítor Gomes e Manuel António, é evidente que em termos de cidadania, nós temos, não só aqui, no Concelho de Pombal, mas em outros Concelhos, muitas cargas poluentes, pela calada da noite, que a gente tem que tirar.

Temos pessoas com fossas sépticas, meses e meses consecutivos, a transbordar para a via pública e que só depois de muitos instados é que têm vergonha, é que as mandam despejar.

Temos, efectivamente, as pedreiras que, em termos de impacto ambiental, são um atentado, mas a gente precisa da matéria-prima. Em Pombal há duas, se houvesse três ou quatro, se calhar elas não cresciam tanto, mas o licenciamento é do Ministério da Economia, se calhar o que lá existe não vai à avançar para baixo do nível freático e de poder afectar o nosso aquífero da Mata do Urso.

As de qualidade estão a ser todas monopolizadas para ser só um individuo a ditar os preços das energias de qualidade, está tudo encaminhado com o apoio do Ministério da Economia e do Instituto Geológico Mineiro, antigamente Direcção Regional das Minas, que eu conheço muito bem.

Estamos a fazer obras que são da responsabilidade do Ministério do Ambiente e nós é que as temos de fazer, e há muita coisa que está mal.

Temos aqui um Engenheiro Geólogo que vai acompanhar isso, o que me preocupa é que as águas do Mondego e as Águas de Portugal, façam lá furos que vão esgotar o nosso aquífero para a gente depois, daqui a 20 ou 30 anos termos que ir à Barragem de Castelo de Bode ou ao Mondego buscar água, por termos o nosso aquífero esgotado para fornecimento de água de proximidade.

Relativamente às vias de comunicação, o Senhor Eng.º Abel sabe que aquela obra é da Junta Autónoma das Estradas, o redimensionamento dos pontões devia ter sido feito quando se fez o redimensionamento da E.N. 1.6, a responsabilidade de fiscalização é da tutela que é a Junta Autónoma das Estradas, não é da Câmara, embora a Câmara tenha dado alguma colaboração, e a necessidade da finalização para haver circuitos alternativos, não é da nossa Câmara, é do Empreiteiro.

Trabalhei nessa área, durante muitos anos, junto aos empreiteiros, e sei qual é a conduta, sei qual é a responsabilidade e agora, porque é que tenho que ser aqui responsabilizado, quando nada posso fazer, quando a Junta Autónoma das Estradas pode fazer tudo e o Empreiteiro, no caderno de encargos, tem lá isso tudo, até as pedreiras e os areiros, Senhor Manuel António, quando se licenciam faz-se um plano de obra, tem-se o estudo de impacto ambiental, tem-se tudo aquilo que se deve fazer e depois não se fiscaliza nada até às últimas consequências, porquê? porque há pessoas que, por um almoço, dominam a sua consciência ou dominam a consciência de alguém. É preciso que haja isenção, transparência, isenção e que subornos sejam banidos da nossa sociedade para se cumprir a lei, embora ela não seja a mais criteriosa, mas é lei, portanto não vamos responsabilizar quem não deve ser responsabilizado, mas vamos responsabilizar quem, efectivamente, deve cumprir com as regras de jogo.

É evidente que as estradas estão em mau estado, há estradas que podem ser reparadas, sim Senhor, mas depois têm que ser repavimentadas e nós não vamos gastar alcatrão quando se está na eminência de iniciar obras de saneamento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pombal teve já de alcatrão 8.151 metros em 2010, teve 8.834 em 2009, teve 16.387 metros em 2008, teve 16.381 metros em 2007 e tem um total de 165 quilómetros de asfalto feitos nos últimos dezasseis anos, na Freguesia, devíamos ter feito 250, mas não queremos que a Câmara Municipal de Pombal chegue ao estado calamitoso de Portugal, não queremos fazer obras a pagar em 40 anos.

Aquilo que nós temos que fazer, não é deixar a quem vier, daqui a uns anos, uma gestão danosa como, por exemplo, Ourém teve, como Ansião tem, como Leiria também tem, como muitos Concelhos de Portugal têm, e não foi culpa da Presidente de Câmara, Senhores foi o Euro 2004, quando Portugal devia ter feito só quatro campos de futebol, não houve competência técnica nem política para fazer aquilo que a Holanda e a Bélgica fizeram, e agora, vamos avançar para obras elefantes brancos, vejamos o TGV e outras, mas o futuro dirá quem tem razão.

Em termos ambientais tenham tranquilidade, porque a nossa Engenheira está atenta, está a acompanhar, mas era bom, para não termos aquela abertura aqui no Barrocal, que houvesse outra pedreira para os lados de Abiul, e se calhar facilitava a vida, mais, com menos custo, porque não prescindo da matéria prima quando é necessária e, quando há só um areeiro como há na Guia, e se houver lá outro controlado, e de menores dimensões, cresce muito menos, mas quem sou eu para licenciar aquilo? É evidente que temos que ver as coisas por vários prismas, não é pelo prisma teórico, é pelo prisma da prática, da experiência, da competitividades e de contribuirmos para que haja optimização de custos para os municípios em todos os níveis contribuindo para a diminuição do custo de vida.”

2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Colocada a informação do Senhor Presidente a discussão, não houve qualquer intervenção, pelo que se passou ao ponto seguinte.

2.2 - Eleição de um Membro para a Assembleia Intermunicipal do Pinhal Litoral.

O Senhor Presidente da Assembleia informou ter dado entrada na Mesa uma proposta, da Bancada do PSD, a qual leu e a seguir se transcreve:

“Os membros da Assembleia Municipal de Pombal, abaixo assinalados, subscrevem a candidatura do Senhor Deputado Jorge António Gaspar Cordeiro para representante da Assembleia Municipal de Pombal na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral.”

Não tendo dado entrada mais nenhuma proposta na Mesa, passou-se à votação por escrutínio secreto.

Terminada a votação, o Senhor Presidente chamou para proceder à contagem dos mesmos, os Deputados Municipais Fernando Silva e João Coelho.

Terminada a contagem verificou-se ter sido a proposta aprovada, com dezoito votos a favor e oito votos em branco.



MUNICÍPIO DE POMBAL

2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Projecto, Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Pombal

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito os seguintes membros:

João Coelho, que fez a intervenção abaixo:

A minha intervenção sendo curta, tenta de alguma forma encerrar a posição do Partido Socialista em relação ao Regulamento, não sem antes, fazer um reparo.

O Partido Socialista, no Executivo, através dos Senhores Vereadores, disponibilizou-se, desde o início deste mandato, para discutir este Regulamento, de uma forma mais eficiente, direi eu, dividindo em módulos e discutindo-o, secção a secção, vamos chamar-lhe assim, o valor das taxas e a sua razoabilidade e a sua adequação ao contexto económico social de Pombal.

Não foi esse o entendimento da parte da Câmara Municipal, a Câmara Municipal decidiu manter os valores das taxas em relação ao ano passado, sem que houvesse uma discussão que nós possamos considerar uma discussão profícua, tendo em conta o facto deste ser um Regulamento muito vasto, com várias áreas, que confluem depois dentro do documento e, portanto, é com alguma dificuldade que nós podemos votar o documento de uma forma coerente, tendo em conta que podemos estar de acordo com algum dos sectores, e não com outros.

Dito isto, há efectivamente uma divergência da parte do Partido Socialista em relação aos valores apresentados para as taxas previstas para a construção, urbanização e loteamentos, não porque nós possamos estar aqui agora a discutir os valores, um a um, tendo em conta também o facto de serem bastantes, mas porque a opinião da parte do Executivo foi de manter os valores, quando o Partido Socialista entende, sendo o sector da construção um sector debilitado pela dificuldade económica e sendo também um sector chave no tecido económico e industrial, em Pombal, poderia haver, da parte da Câmara Municipal, para dar mais um sinal de incentivo à dinamização económica do Concelho.

Naturalmente isto depois acaba por influenciar no preço de venda das construções em Pombal, e, mais uma vez, é difícil. Nós já aqui referimos que qualquer factor de fixação de um cidadão, em Pombal, tem que ser medido em várias dimensões, também esta é uma dimensão a ter em conta e portanto, nós entendemos, no Partido Socialista, que aqui deveria ter sido dado um sinal importante de diminuição e de adequação das taxas de construção, loteamentos e urbanizações para permitir uma maior atracção do Concelho em relação à fixação dos cidadãos.

Quero só referir que esta opinião também é tomada tendo em conta uma comparação que só pode ser breve, naturalmente, e constrangida pelo facto de não ter o acesso a todos os regulamentos de todos os Concelhos disponíveis, de forma fácil, mas ainda assim, numa busca rápida consegui discernir que em Concelhos como Nazaré, Ansião, Soure, Peniche, Óbidos, Caldas da Rainha, Ourém, para título de exemplo, na sua totalidade ou em algumas das taxas há um claro sinal de indicação de que estes valores são mais baixos e portanto, também em termos competitivos com outros Concelhos, Pombal perde aqui uma oportunidade de se destacar, mais uma vez, e aqui indo um pouco em linha de conta com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, se há essa possibilidade financeira, se a Câmara está assim tão saudável em termos financeiros, então mais uma vez, é uma oportunidade perdida que o Partido Socialista não pode deixar de assinalar, portanto o nosso voto em relação a este regulamento é, manifestamente, contra.“

João Coucelo, que usou da palavra como se segue:

“Eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte:



MUNICÍPIO DE POMBAL

As taxas e licenças não foram aumentadas e, muitas delas, continuam com os valores em que estavam há mais de um ano?

Eu queria dizer, relativamente a isto, o seguinte:

As taxas não aumentaram, mantiveram-se iguais. Este documento surge - eu penso que os Senhores sabem, tem obrigação de saber, deviam informar-se pelo menos sobre isso - porque há uma necessidade legal de fundamentar os valores que são apresentados nesta tabela. De qualquer das maneiras, estes preços são os mesmos que se praticavam anteriormente.

Eu não estou a responder a ninguém, mas queria dizer que num país em que tudo aumenta, embora a inflação esteja nos valores em que está, mas que eu saiba, na EDP tem aumentado os valores, na PT, nas grandes empresas públicas tudo aumenta. Os impostos não baixaram e a pior taxa que nós temos são os impostos, não baixaram e, ao que parece, até vão aumentar.

Quando se faz política desta forma e quando se quer transpor para aqui estas questões, eu gostava de dizer, e aqui respondo ao João Coelho, que a razoável saúde financeira desta Câmara é porque faz contas, a diferença é essa, quem não faz contas, gasta mais do que o que tem e não cobra devidamente a todos por igual aquilo que deve cobrar, tem que estar sempre a prejudicar alguns em detrimento de outros. É isso que os Governos estão a fazer, nomeadamente, este.

A classe média deste país está carregada de impostos. Baixaram os impostos, baixaram as deduções fiscais, criaram os tais incentivos à natalidade beneficiando os descontos da saúde da educação dessas coisas todas? Que eu saiba não. E portanto, meus amigos, eu concordo que vocês discordem porque eu não posso fazer outra coisa em democracia, os Senhores têm o direito de discordar mas vamos lá falar a verdade sobre as coisas, não vão dizer que são as licenças de construção que influem no preço final dos andares que se vendem. E o custo dos terrenos? Só as taxas e as licenças de construção? É essa a interpretação dos Senhores. Está bem, com certeza que influíram alguma coisa, mas não são determinantes, toda a gente sabe isso, nós não estamos em concorrência nem com Ansião, nem com Caldas, nem com Alcobaça, nem com Óbidos, na fixação de pessoas, há muito mais gente a fixar-se em Pombal do que nesses Concelhos, meus amigos, vejam os censos.

Meus amigos, falando verdade, com conhecimento e com os números, a realidade é esta, evidentemente que nós gostamos sempre de pagar menos e acho que sim, com certeza, mas não houve aumento das taxas, a Câmara manteve, não veio pedir mais sacrifícios a ninguém, exactamente o contrário daquilo que o Governo está a fazer e, por isso, a Câmara por ter tido esta política nos últimos anos, tem a saúde financeira que tem e que o Governo, o Estado e a Nação não têm."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:

"No seguimento daquilo que o Senhor Deputado Dr. João Coucelo disse, mas também à intervenção do Deputado João Coelho, e porque é verdade que nós, em Democracia, queremos conforme as épocas, praticar dois pesos e duas medidas diferentes, hoje faz o apelo a taxas e estão aqui algumas que há 15 anos não se mexem.

Os custos da água não são alterados há mais de três anos, quando ela devia ser aumentada anualmente, em face do custo de inflação, porque a luz aumenta, aumenta a gasolina, o gás, os correios, os transportes, tudo aumenta, nós estamos a manter taxas que estavam aqui há 15 anos, temos as taxas mais baixas, de urbanização e de construção, da zona centro do país.

Nós temos Plano Estratégico, como sabem, fomos os primeiros a fazê-lo para não se fazerem gastos dispersos, para não se ficar com elefantes brancos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sabemos os Concelhos que estão na periferia e aquilo que eles têm, aquilo de que a gente pode usufruir, aquilo de que eles podem usufruir, aquilo que a gente pode construir cá, para serem otimizados todos os investimentos, tendo em conta o custo benefício.

Senhor Deputado João Coelho, veja a nossa coerência política.

Quando, em Fevereiro de 2009, aplicámos aqui umas taxas para isentar o pagamento da auto construção a todos os jovens com menos trinta e cinco anos, tendo em conta a crise que se aproximava, os Senhores votaram contra, votaram contra a isenção e agora votam contra porque não diminuíram as taxas, “preso por ter cão e preso por não ter”. Haja ética, haja verticalidade, haja coerência mas, acima de tudo, haja verdade, realismo e respeito, qualquer dia nem Democracia temos.”

Colocado o Regulamento a votação foi o mesmo aprovado, por maioria, com nove votos contra da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

2.4 - Apreciação do Parecer do Auditor Externo ao Abrigo da Alínea E do número 3 Artigo 48 da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que disse o seguinte:

“Os Auditores externo dizem que a nossa Câmara é das que tem melhor situação financeira, e mais, meus caros amigos, nós, se tivermos necessidade de reduzir as taxas, temos património que compramos e que se está a valorizar, mesmo tendo em conta a crise, e que é património que se pode vender, como por exemplo, na Praça Marques de Pombal, onde já compramos cinco prédios e estamos na eminência de comprar mais dois, a Quinta de Santana, no Louriçal, etc.”

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito os seguintes membros:

João Coucelo, que fez a intervenção abaixo:

“Eu queria apenas dizer o seguinte:

O parecer do auditor externo é um documento de apreciação da conformidade com os planos de contabilidade e da conformidade nos procedimentos, em matéria financeira e económica financeira da Câmara Municipal de Pombal.

É um documento que tem vertida uma opinião importantíssima, que reflecte, de alguma forma, a estabilidade financeira e a conformidade dos procedimentos de contabilidade e de gestão que a Câmara exerce.

Faço uma pequena farpa ao Senhor Presidente da Câmara. Daqui, não se podem extrapolar exactamente, questões de índole política ou de execução de opções de prioridades de investimento, etc. etc. Este é um documento económico, profundamente económico de gestão, que se reflecte sobre isso, naturalmente, e felizmente, para todos nós, é um documento que está suficientemente inteligível para qualquer não economista perceber que a nossa Câmara está a gozar de uma boa saúde financeira e não só, como tem processos, métodos e executa o plano, o POCAL e usa os instrumentos legais de uma forma correcta, não havendo qualquer reparo por parte dos auditores externos nesse sentido. É importante salientar este aspecto, mas isto não é uma apreciação política da Câmara, daquilo que faz, nem do que deixa fazer, em termos políticos.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

2.5 Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2009.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento tecendo as considerações que entendeu necessárias e colocando-se à disposição dos Membros da Assembleia para qualquer esclarecimento adicional.

Colocado este ponto a discussão, não se verificou qualquer inscrição pelo que se passou ao ponto seguinte.

2.6 Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito os seguintes membros:

Sérgio Gomes, cuja intervenção se transcreve:

“Tentarei fazer, de forma resumida, uma breve análise às prestações das contas de 2009, nas vertentes que me parecem ser as mais importantes, nomeadamente, quanto à situação patrimonial, ao desempenho económico, ao grau de execução da receita e despesa orçamental, e ao limite do endividamento líquido.

A situação patrimonial. Quanto à situação patrimonial pode verificar-se um aumento do activo, ou seja, dos direitos, bens e meios financeiros em cerca de € 10.443.000,00, ou seja, um crescimento de cerca de 12%, face ao ano de 2008.

Pelo lado do passivo, ou seja, as obrigações que o Município tem perante terceiros, verificou-se um crescimento de 5%, sensivelmente metade do crescimento do activo, face ao ano de 2008, ou seja, mais € 1.946.000,00.

Face à conjugação destes valores, a situação patrimonial do Município, em 31 de Dezembro de 2009, era de cerca de € 62.000.000,00, ou seja, os activos eram neste superiores aos seus passivos, o que demonstra, por si só, uma forte solidez patrimonial e financeira.

Quanto ao desempenho económico. Analisando a diferença entre os proveitos e os custos do exercício de 2009, verifica-se um bom desempenho, na medida em que o resultado líquido é positivo em cerca de € 8.497.000,00, mais € 1.175.000,00 do que em 2008.

Quanto ao grau de execução orçamental. O grau de execução da receita. O total da receita cifrou-se em € 33.733.000,00, sendo o grau de execução cerca de 71,69%. Em 2008, este valor rondou os 88% significativamente superior, para a quebra de desempenho contribuiu, essencialmente, o fraco desempenho do co-financiamento com grau de execução de apenas 7,9%, a utilização de empréstimos bancários é inferior ao previsto, a quebra da receita do IMT e da Derrama, assim como a fraca performance na venda de terrenos nos parques industriais, os 71,9% de execução da receita é, mesmo assim, superior à média nacional que, em 2008, - neste caso não há dados em 2009 - se quedou pelos 67%.

Quanto ao grau de execução da despesa. O total da despesa ascendeu a € 33.685.000,00, tendo um grau de execução de 71,59%, valor substancialmente acima da média nacional que foi em 2008 de 65%.

O limite de endividamento da Câmara. Em Dezembro de 2009, o endividamento líquido do Município era de € 5.281.000,00, sendo o seu limite de endividamento de € 26.000.000,00, cerca de cinco vezes mais, o que resulta num endividamento líquido, em termos percentuais, de 19,76%.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Para que se esgotasse o limite de endividamento do Município mantendo-se inalteradas todas as outras variáveis, o passivo teria que aumentar cerca de € 20.000.000,00, o que garante, nos próximos anos, uma margem de execução do Executivo.

Em suma, pode concluir-se que os valores atrás referidos não aparecem ao acaso, mas antes em resultado do rigor com que o Município tem sido gerido, assente numa estratégia coerente e realista face às necessidades do Município, e face às contrariedades económicas que, nos últimos anos, assolam a nossa economia.

Não é ao acaso que o Município de Pombal ocupa o segundo lugar no ranking global dos 20 melhores Municípios de média dimensão, em termos de eficiência financeira, num estudo, esta semana publicado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, em parceria com a Universidade do Minho, tendo-se analisado 15 indicadores diferentes.

Quando estas contas do Município não forem votadas favoravelmente, não sei que contas o serão. Quem nos dera a todos nós que houvesse um paralelo com as contas nacionais, que caminham abruptamente para o precipício, em resultado da incompetência de um Governo que, nos últimos anos, apenas se dedica ao marketing e publicidade, assobiando para o lado quando se trata de tomar medidas concretas que invertam a situação, querem agora resolver em dois anos, à custa dos sacrifícios de todos nós, as asneiras que têm feito nestes últimos seis.”

João Coelho, cuja intervenção se segue:

“Antes de entrar na análise do relatório de contas, deixem-me só expressar o meu sentimento de desagrado, desagrado por, na semana em que celebramos o 25 de Abril, continuarmos com este jogo de algumas trocas de acusações mútuas, Partido a Partido, tanto a nível local como a nível nacional, sobre as contas do país, quando o sinal já foi dado pelos líderes de ambos os Partidos e é nesse sinal que eu me concentro.

A primeira conclusão a tirar do O Relatório de Contas de 2009 é de que a Câmara Municipal de Pombal teve uma inversão no seu grau de desempenho e na execução dos seus orçamentos, diminuindo a sua capacidade de realização, daquilo que se propôs fazer, são sinais preocupantes aqueles trazidos por este documento, mas que confirmam uma prática já instalada neste Executivo. Orçamenta-se uma verdadeira intenção de realização, isto indicia práticas políticas incorrectas de promessas por cumprir e de gestão de dinheiros públicos sem planeamento adequado.

Começamos pela análise da receita. A receita corrente da Câmara Municipal de Pombal continua a ser feita com uma grande importância das transferências da Administração Central, 40% das receitas correntes são provenientes das transferências do Estado, ascendendo a quase € 11.000.000,00, num aumento de 7% em relação ao ano anterior. Sem este ponto o grau de execução da receita teria sido ainda pior, o que leva ao chão toda argumentação que ouvimos deste executivo, durante anos, de que a Lei das Finanças locais seria prejudicial para Pombal, ainda hoje ouvimos isso por parte do Senhor Presidente da Câmara.

Estas transferências do Estado compensaram a descida dos Impostos Municipais, na mesma proporção de 7%, mas é nesta rubrica que está o ponto mais preocupante, para todos nós. O IMT diminuiu 40% e a Derrama diminuiu 26%, sinais do abrandamento da economia, mas também do menor investimento em Pombal, pelos particulares, já aqui debatido, mas que o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo teimam em não reconhecer.

Numa compensação brutal, as receitas do IMI e do Imposto de Circulação aumentaram 3%, prova que as propostas do Partido Socialista de diminuição das taxas, mais uma vez, hoje debatidas, têm espaço e seriam sinal importante de confiança para os Pombalenses.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Deram-se ainda uns fenómenos de na água e no saneamento ter havido um aumento do consumo mas uma diminuição de receita, mesmo tratando-se de um problema contabilístico, é relevante e sintomático da dificuldade que este departamento tem tido desde o episódio das facturas erradas. Temos, por fim, os calamitosos saldos das receitas de bens e investimento e dos fundos comunitários.

Nos bens de investimento, numa previsão 2,9 milhões, conseguiu realizar menos de 10%, temos ouvido ao Senhor Presidente que tudo isto é património, está cá, é nosso, fica para o futuro, ainda hoje ouvimos, eu replico, é património mas se não tem rendibilidade então não o orçamentem.

Nos fundos comunitários, numa previsão de 9 milhões de Euros, realizaram-se 7%, com insistência em orçamentar candidaturas que, previsivelmente, não iriam ter contra partida financeira em 2009, mais uma vez, digo não orçamentem se não for para receber.

Abro agora o capítulo da despesa para dizer que a gestão criteriosa tão apregoada para esta área se transforma rapidamente num conjunto de obras essenciais adiadas.

Em 2009, a Câmara Municipal de Pombal, realizou apenas 10% do que prometeu para 4 anos, - isto também já foi um exercício académico feito pelo nosso companheiro, anteriormente - ou seja, para 4 anos a 10% ao ano, demorará, não um mandado, certamente, porque nem 10 anos chegarão para fazer o prometido.

Começo pela obra de maior execução, a rede viária, com uma taxa de realização de 80%, vemos que foi o ano eleitoral trabalhoso nesta área, infelizmente, nem tudo está feito.

Pena é, que não tenha sido também noutras áreas, no saneamento básico e construção de ETAR's, apenas 9% do orçamentado, para o mandato, foi executado.

Os Parques Industriais, o Parque Tecnológico, o Parque de Campismo no Osso da Baleia ou o Parque Verde já entraram no campo do desespero, entraram mesmo numa situação de estacionamento compulsivo tantos são os anos de adiamento.

O Corredor Ribeirinho e a Recuperação da Zona Histórica vão pelo mesmo caminho.

O investimento cultural e na protecção do meio ambiente, por parte da Câmara de Pombal, continua aquém do necessário, confiando V. Ex.^a nos particulares para fazer trabalho, onde a Câmara não é substituível.

Em suma, este relatório e contas encerra os erros deste Executivo, não estou a falar como é óbvio de erros financeiros mas de erros políticos, prevê mal as suas receitas, não dá sinais aos Pombalenses de querer incentivar investimentos, nem de realizar aqueles que promete e que são precisos, por isso, o nosso voto em relação a este resultado tem de que ser contra.”

João Coucelo, que usou da palavra como abaixo se reproduz:

“Eu tinha aqui escrito umas palavras, ainda muito antes de ouvir uma parte da intervenção do João Coelho, e peço desculpa por não ter estado aqui, mas ia ouvindo, lá fora.

E queria dizer muito claramente, sobre este documento, o seguinte:

Perdoar-me-á, quem interveio em nome da Bancada do Partido Socialista, que eu diga que de uma forma mais ou menos copy past, desculpem utilizar este termo, globalmente os argumentos são aqueles que, ao longo dos anos, as oposições apresentam nas Câmaras Municipais.

Está aqui alguém que não me desmente, é o Dr. Armindo Lopes Carolino, que foi Presidente da Câmara e que se recorda, provavelmente, da forma como a própria oposição faz a oposição relativamente a estes documentos.

Vai procurar aquilo que são os aspectos de não execução, naturalmente, é assim que se faz oposição, mas temos que relevar, para alguns desses aspectos, as justificações que eventualmente hajam, que, de uma forma não tão ligeira como o João apresentou, são claramente indicativas de



MUNICÍPIO DE POMBAL

que nem tudo é responsabilidade da Câmara, nem tudo é responsabilidade de bom, do que acontece da responsabilidade do Governo, parece que ficou aqui essa mensagem.

O Governo dá mais dinheiro e a Câmara faz menos. Não é verdade, não é assim, na execução não é exactamente assim.

Evidentemente que este documento tem dois aspectos. Tem o seu contexto político, e as várias interpretações centram-se sempre no aspecto político, tem muito a ver com as Grandes Opções do Plano, como são as taxas de execução e as prioridades definidas pela Câmara e a capacidade de executar aquilo que considerou como as suas prioridades, e depois tem toda a parte económico-financeira e todos os aspectos de execução orçamental traduzidos nos seus resultados operacionais, globais, rubrica por rubrica, e, naturalmente, o que há neste documento patente é que, de alguma forma, mas globalmente nós temos, no ano de 2009, relativamente às Grandes Opções do Plano uma taxa de execução na ordem dos 54% / 55%, - eu li a crítica que o Dr. Adelino Mendes fez, na própria Câmara Municipal, na sua intervenção de vereação - tem alguns aspectos que temos que concordar, há aspectos do trabalho da Câmara, relativamente ao não aumento de impostos, à cobrança de receitas relativamente essencialmente ao IMI, porque houve uma pequena baixa.

As receitas de capital também se ficaram abaixo do ano de 2008, as receitas correntes mantiveram mais ou menos com pequenas diferenças o que tínhamos tido em 2008, não houve, claramente, aumento de encargos com o pessoal, e depois, naturalmente, cada rubrica tem, para além da sua vertente económico-financeira, a correspondência política que aqui foi muito bem traçada pelo João Coelho na sua oposição, porque ele entende e é a opinião dele, mas a minha opinião não é exactamente essa, há realmente uma diminuição na capacidade de execução de obras planeadas e projectadas, por razões que o Senhor Presidente da Câmara, com certeza, terá que nos explicar e explicará.

Globalmente para este país, já num ano de dificuldade económica, há ainda uma razoável, até desproporcional ao que passa no resto do país, capacidade de fazer obras e de, como diz o Senhor Presidente, as pagar, mantendo a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal.

Houve muitas obras, algumas com participação do Poder Central, lamentavelmente, as verbas de investimento oriundas do QREN, ficaram-se por taxas baixas, muito baixas, e é preciso perceber porquê, gostava de ter essa explicação.

É porque essas obras não são prioritárias? É porque não há dinheiro? É porque se demora a aprovação das verbas do QREN? Onde é que está o entrave a esse financiamento?

É isso que me interessa como cidadão, é isso que me interessa perceber, e acho que é isso que nos deve interessar a todos nós.

Eu não partilho da visão tão pessimista do João Coelho, eu acho que ele até entrou em contradição, porque afirmando que parecia ter havido um entendimento inter pares entre o líder, segundo alguns dizem do principal partido da oposição e o Senhor Primeiro Ministro, sobre aquilo que deveria ser uma política concertada de há muitos anos, em que as grandes opções do país, das grandes decisões do país, devem ter um empenhamento muito maior dos grandes responsáveis pelos Governos dos últimos anos, e em momento de crise, isso não deve de ser motivo para se andar em chalaça política ou em discussões estéreis, quando o país está à beira, não do precipício mas de uma situação muito grave, para a qual é preciso respostas eficazes e naturalmente o comprometimento das forças políticas e dos cidadãos sobre esta matéria.

O João entrou um bocado nessa contradição, porque acabou por fazer aqui um remoque, e se o Partido Social-democrata for fazer isso, relativamente ao Governo, então não há entendimento de espécie alguma.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Também aqui, na Câmara, é preciso haver entendimento sobre questões fundamentais para o desenvolvimento do Concelho de Pombal.

Continuar a achar que as empresas se vão embora porque é a Câmara que não dá apoio, continuar a achar que há desemprego porque é a Câmara que não faz investimento, continuar a achar que tudo isso é função da Câmara, é a utilização do princípio contrário ao que o João Coelho esteve a defender, relativamente a um entendimento sobre as questões fulcrais do desenvolvimento, do investimento, da criação de emprego, e por aí fora.

Há obras, projectos lançados, há, como está vertido também no documento da vereação, onde naturalmente estão elencados uma série de investimentos, uns com participação do Governo, outros da exclusiva competência da Câmara, que são motivo de esperança e de desenvolvimento para o Concelho de Pombal, Unidade de Cuidados Continuados, os Centros Escolares, de acordo com o investimento do Governo, com certeza, aqui e em todo o país, é necessário, é uma boa aposta e ninguém vai dizer que é uma má aposta era impensável.

Falando verdade sobre estas matérias, é uma obrigação de qualquer cidadão que, consciente, porque não estamos a fazer as coisas para nós, estamos a fazer as coisas para os outros, é isso que os políticos têm que perceber e que, infelizmente, muitas vezes, não percebem.

Portanto, falando verdade sobre as coisas, eu posso dizer que este documento está um pouco aquém, em termos de execução daquilo que qualquer um de nós gostaria, mas continua a ser um documento que mostra, claramente, que a Câmara Municipal de Pombal continua a trabalhar de uma forma sustentável, de uma forma equilibrada, sem hipotecar o futuro de Pombal, da Câmara, de quem cá esteja, ou de quem venha a seguir, coisa que, infelizmente, os nossos governantes não fazem habitualmente, nos últimos anos. Quem vier a seguir que feche a porta, é um pouco a política deste país.”

Armando Carolino, cuja intervenção se segue:

“Efectivamente que eu não tenho conhecimento nem capacidade para analisar um documento destes técnico-cientificamente, como tão capazmente o fizeram aqueles que têm cientificamente a preparação para analisar estes documentos, mas eu estive, hoje, quase tentado a trazer um Plano de Actividades e Orçamento de 1983, que foi aprovado numa Assembleia congénere, feito a lápis e num só exemplar, depois estive tentado a trazer o Relatório e Contas de um primeiro ano em que a Assembleia Municipal avaliou, votando, depois de termos instalados os primeiros computadores nesta casa, em que, leia-se com alguma curiosidade, sem ofensa à memória, porque pessoa que já não é viva, a primeira coisa que disse quando viu o mapa a sair da impressora que estava a três metros do computador, a única expressão que teve foi: “Senhor Presidente, isto é milagre”.

Neste aspecto, eu quero dizer o seguinte: Força das novas tecnologias, da capacidade criadora e extraordinariamente cuidada dos funcionários desta casa, nós temos hoje um documento para apreciar e votar que desde o seu conteúdo gráfico até à sua apresentação é um documento extraordinário, qualquer leigo o consegue ler, mas não o consegue interpretar e a minha intervenção não é da parte da apresentação, da qualidade, da leitura, é política meus caros Senhores, e eu custa-me ouvir, repetidamente, os 17 anos atrás, porque isto dos 17 anos atrás representa uma incapacidade política de quem invoca os 17 anos atrás.

Senhores políticos, então vocês não conseguiram mudar aquilo que era há 17 anos o orçamento desta casa? Um orçamento que não chegava a 1.000.000 de contos anual, e este ano nós temos uma receita de € 33.000.000,00, que feitas as contas, rapidamente, são 7.500.000 contos, e portanto é uma intervenção política, e eu só a fiz porque o Senhor Dr. João Coucelo falou, e reparem, eu apresentei, como Vereador a tempo inteiro, e desculpem-me, é uma contradição, mas foram onze anos e um dia, meus caros Senhores, a apresentar documentos destes, e eu trazia



MUNICÍPIO DE POMBAL

aquilo como se fossem as meninas dos meus olhos, e custava-me tanto a Bancada do PSD que nunca votou favoravelmente um documento da Câmara Municipal, vão às actas.

Portanto, meus caros Senhores, meus caros companheiros de Bancada, meus caros companheiros de Assembleia Municipal, meus caros camaradas, o que estamos aqui a fazer é politica, nós não podemos evitar que a politica se faça, neste sentido, e o que está em causa, neste momento, e que eu digo é isto.

Senhor Presidente da Câmara, eu louvo a sua honestidade intelectual, eu louvo a sua capacidade de trabalho, eu louvo a sua dedicação ao Concelho e aos pombalenses, eu reconheço a sua legitimidade como Presidente de Câmara eleito, por maiorias de 70 e 80% dos votos, agora, o que eu tenho de lhe dizer como politico, é que eu não alinhio pelas suas opções de decisão, pode ser que alinhando por um lado e por o outro, nós tenhamos chegado às mesmas conclusões, mas não com as mesmas armas, Senhor Presidente da Câmara, o Senhor hoje tem ao seu dispor os shuttles que vão para o espaço e eu tinha tecotecos, a comparação é esta, meu caro Senhor Presidente, o Senhor hoje dispõe de ónibus, dispõe de fiats, dispõe de tudo, e nós, na altura, dispúnhamos de tecotecos.

A capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Pombal não é sua, eu leio-a a bem do meu Município, eu leio-a a bem dos pombalenses, parabéns, mas repare, se reparar a capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Pombal esteve sempre nas mesmas percentagens, ainda que 17 anos antes. Os € 5.000.000 de contos que na altura havia, representavam 26% da capacidade de endividamento da Câmara Municipal à data de 1993.

Senhor Presidente da Câmara, eu só quero dizer, e pedir desculpa por ter feito esta intervenção, clara e abertamente, dentro da bonomia e do respeito que eu tenho pela politica, e fico triste quando, nesta Assembleia Municipal, estamos continuamente a chamar aqui o Governo.

Meus caros e minhas caras companheiras da Assembleia Municipal, o que está aqui a ser apreciado não é a actuação do Governo deste país, porque eu também não apreciava a actuação dos Governos. Eu tive sempre uma sorte muito grande, eu tive sempre maiorias Governamentais de sinal contrário e, no entanto, desde Ministros a Primeiros-Ministros, todos passaram por Pombal com alguma inveja de Municípios do PSD que me diziam: “Não sei, tu és do PS os Ministros vão a Pombal, duas ou três vezes por ano, nós pedimos um Ministro e mandam-nos um Secretário de Estado, depois, na véspera, mandam-nos dizer que vem cá o Governo Civil porque não há Secretário de Estado disponível, e nós somos do PSD e vocês, em Pombal, são do PS.” Isto é sinal dos tempos.

Esta sala foi inaugurada por um grande político, um grande Ministro, um grande homem Português que se chamou e que se chama, graças a Deus ainda está vivo, Valente de Oliveira, e que me dizia: “Oh! Presidente, cada vez que você quiser que eu vá a Pombal, eu vou, nem que seja ao sábado à tarde.”

Esta capacidade de vivermos, digamos, dentro do ambiente político a que estamos circunscritos, nós estamos circunscritos a um ambiente político Municipal, e por favor, nós não podemos ter, como arma de arremesso aquilo que são as opções dos Governos, embora nós sejamos, se calhar, as principais vítimas e, às vezes, pouco beneficiários, no entanto não é na Assembleia Municipal, é nos debates, como hoje se fizeram na Assembleia da Republica.

Meus caros, nós temos que ter a noção exacta de que o que debatemos, nas nossas Assembleias Municipais, são problemas de interesse para o Município de Pombal e para os pombalenses e é por isso que eu aqui estou, reparem eu já não tenho idade nem pachorra, para ouvir determinadas coisas, apetecia-me inscrever mais vezes mas não o faço, exactamente, para evitar que as pessoas pensem que eu estou aqui, hoje, e mais uma vez, para poder dar nas vistas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Meus caros, todos nós, quando chegamos a um determinado momento, temos a noção do que fomos, do que somos e daquilo que ainda podemos ser. O Armindo Carolino quer morrer, Armindo Carolino como nasceu, sem nome, e passados oito dias foi-lhe posto o nome de Armindo.”

Nesta altura, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu como se segue:

“Agora se me permitem uma palavra final, nós estamos aqui, todos, em funções políticas, mas eu gostaria que as novas gerações políticas fizessem melhor, porque de ano para ano temos que inovar, temos que ser cada vez mais criativos, mais responsáveis, e ter objectivos de vida que tragam sempre uma mais valia à qualidade de vida que deve ser vista por um prisma sustentado.

Nós não podemos comparar há 15 anos e 20, efectivamente, temos o orçamento que temos, e quando o Sr. Deputado João Coelho diz que se deve às transferências da Administração Central, nós queremos que, qualquer que seja o Governo deste país, governe para um todo nacional e não à base de lobbies, nem de pressões nem de clientelas político-partidárias, mas que governe sempre por imperativo do interesse nacional, e nem sempre isso acontece.

Ainda ontem liguei para Associação Nacional de Municípios, os cumpridores estão, efectivamente, a ser prejudicados, em relação aos incumpridores. A nossa Câmara é cumpridora e tem, de facto, transferência do FEF por merecimento próprio, por merecimento do povo que aqui vive e trabalha, do IRS que paga, do IVA que se paga aqui, da dimensão que temos, são os parâmetros aferidos que dão a um Concelho médio deste país, igualdade de oportunidades, de acordo com a Lei, embora seja uma Lei injusta, desertificadora e de um acentuar de assimetrias, apregoado por alguns autarcas que fazem parte da Associação Nacional de Municípios.

Tanto latim que se gastou, tanta reunião que se fez, tanta pressão que se fez junto dos Ministros, e um deles, hoje, até é Presidente de Câmara, teve logo medidas de excepção para resolver o problema do endividamento, porque é capital do país. Porque é que nós não podemos manter esta percentagem de endividamento, fazendo as obras que nós apresentamos, em termos de candidatura? Porque é que eu fui, em 2008, a Viseu, e foi lá dito pelo Ministro do Ambiente e do Ornamento do Território que todas as obras feitas a partir de 2007, podem ser candidatas ao programa QREM, nada disso aconteceu.

Porque é que nós estivemos três anos à espera do acordo de colaboração para as inundações, e outros Concelhos e tiveram logo no próprio dia? Porque é que nós, inclusivamente, iniciámos e pagámos um Pólo Escolar, em Carnide que nos custou € 200.000,00, e nos foi recusada a candidatura? Porque é que as nossas obras de Saneamento em Santiago e Vila Cã têm as candidaturas pendentes, não nos pagam essas candidaturas como pagam às Águas de Portugal, como pagam às empresas privadas associadas? Que Democracia é esta?

Porque que razão é que diz, aqui, o Senhor Dr. João Coelho, que o que nós fizemos, é a política do asfalto para ganhar em 2009? Fizemos só 73 km, mas em 2008 fizemos 74 km. Estão aí os mapas que são dados pelo Departamento respectivo, o Engenheiro Abel é responsável por ele, está ali a ouvir-me e sabe que aqui não se mente.

Vêm aqui dizer que foi um ano de eleições, fizeram-se mais quilómetros de asfalto. Isto é demagogia, é mentira, não é verdade, temos de ser iguais, autênticos, temos que falar com números, embora se vote contra, não vamos fazer demagogia política

Nenhum destes quilómetros que estão aqui foram financiados por fundos comunitários, foi com o orçamento da nossa Câmara, com o endividamento da nossa Câmara, com os nossos recursos, o que eu não gosto, aqui, em termos de política baixa é que se votaram contra em 1983, temos que votar contra agora, porque não podemos ser inovadores, temos que votar sempre no bota abaixo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Deputado quer a redução de taxas. Se reduzíssemos as taxas, como é que nós pagávamos as obras de Abastecimento de Água em Alta? Como é que a pagávamos os Pólos Escolares e estão sete em construção, um já pronto e vão ser construídos mais cinco.

A Derrama diminuiu, por imposição da Lei, e nós só começámos a aplicá-la há 3 ou 4 anos atrás, devíamos tê-la aplicado há muito mais tempo, por razões óbvias, tínhamos muito mais saneamento.

Porque é que o IMT também reduziu? Porque houve muito menos transacções, houve menos vendas, há menos construções, mas isto é num todo nacional e até a nível internacional.

Porque é que nós temos que fazer milagres, nós trabalhamos afincadamente, temos objectivos, mas é preciso saber tomar decisões na hora certa, saber comprar, saber planear, saber projectar, saber acompanhar e saber negociar com oportunidade, não é só dizer que somos políticos, os políticos têm que ter estas características, não podem ser aqueles que, sem experiência nenhuma, vão gerir empresas e depois têm os bónus porque foram lá colocados por carreirismos políticos e porque têm um cartão partidário.

Não é esta a democracia que se quer, queremos uma democracia consolidada, de transparência total, de justiça social, mas também de educação e formação competente, em todos os níveis, e a legislação que temos não permite isso.

O QREN está com uma percentagem de ocupação deserta. Nós corremos o risco de chegarmos a 2013 e o dinheiro do QREN não estar todo gasto, e devolvemos milhões e milhões de euros, como aconteceu em 2008, porque o Ministério da Agricultura não teve capacidade de gastar 80 milhões de euros, no sector primário. Comprassem máquinas, dessem alfaías agrícolas aos agricultores, fizessem ordenamento florestal, ordenamento territorial, delimitassem as zonas para se produzir mais milho, mais trigo, mais centeio, mais vinho, mais azeite, temos vindo a diminuir gradualmente, isso é que fomenta a economia nacional.

Porque é que nós temos que ser responsáveis por isto tudo, temos de crucificar qualquer que seja, eu já ouvi aqui falar mal do parque subterrâneo, vamos fazer outro, ouvi falar mal da obra do nosso Castelo, que é uma obra candidatada e que foi apoiada, da regeneração aqui da cidade, já fomos preteridos a candidatura do PROCOM, do URBECOM e do POLIS e só agora é que veio porque era uma vergonha nacional se a nossa Câmara, com a dimensão que o Concelho tem, e a nossa cidade, não tivesse também esse apoio.

Também seria uma catástrofe política se houvesse algum político deste país que discriminasse o povo de Pombal e esta Câmara, e não mandasse para cá as transferências que nós temos por direito próprio, porque a gente tem mais transferências porque estamos a crescer, estamos a desenvolver, temos mais pessoas cá, aumentamos o número de eleitores de eleitores, de 46.000 para 51.000, por isso, estamos no bom caminho.

Temos parques industriais a surgir, e digam-me como se faz melhor, reduzir as taxas que o ano passado reduzimos e votaram contra? É dar subsídios para crescimento da natalidade, como se isso trouxesse para cá pessoas? Não, meus Senhores, porque é que a gente não se limita a criar postos de trabalho, integrar as pessoas na vida activa e pôr as pessoas a trabalhar, não numa política de subsidiarização que provoca o comodismo e a irresponsabilidade.

Eu gostava que a nível nacional houvesse uma revolução de mentalidades para colocar Portugal no bom caminho, porque ele está afundar-se, mas alguns não se afundam, estão a enriquecer facilmente, não são responsabilizados e a justiça não funciona porque preocupa-se com aquilo que é supérfluo.

Nós andamos há dois anos com uma estrada adjudicada no tribunal de contas, a estrada Atlântica que tinha determinadas condições e depois veio uma condição especial, se não fosse o



MUNICÍPIO DE POMBAL

colega de Leiria não havia revogação e Pombal teria que fazer a estrada e pagar o terreno mas os outros não pagaram, isso é injustiça, isso não é político isso não é tratar os Portugueses de acordo com a Lei da Constituição da Republica, e de acordo com a essência de uma Democracia que deve ser respeitadora em termos de convicções.

Meus caros amigos, temos todos a consciência tranquila, estes documentos revelam aqui o profissionalismo dos serviços e departamento da nossa Câmara, não só o balanço social mas este Relatório de Contas.

Um político é um alvo a abater nesta Democracia, mas é um alvo a abater porque paga o justo pelo pecador, pela mediocridade, pela incompetência e por aquilo que temos feito em termos de legislação.

Portanto, meus caros amigos, vamos inverter esta situação, meus caros Vereadores é a revolução das mentalidades, até digo mais, é muito mais eficiente a lei da alteração eleitoral, porque é que ela não se faz?

Porque é que se permite que Deputados que têm cá a residência se desloquem para Bruxelas e gastem um milhões de euros por ano? Isto revolta-me, é indignante, eu não quero que os meus filhos, daqui a 20 ou 30 anos digam que o pai foi democrata foi político, temos que inverter a situação.

Porque é que esta Democracia, nos reprovou um parque eólico que produzia 50 mega watts? Como é que se pode fazer uma gestão com esta maneira de fazer política?

Há que alterar radicalmente, para bem e tranquilidade das consciências de todos aqueles que querem fazer a actividade politica, a actividade politica assim não é nobre, não é responsável, não é competente, é na realidade, demagógica e não presta.

Eu tinha de dizer porque é que votava contra e não tinha coragem, em consciência, de votar contra uma coisa que eu entendesse que, se calhar, não conseguia fazer melhor.

Isso é que devemos pensar, ponderar e fazer uma introspecção e analisar se isso está bem, com este comportamento político, não está.”

Colocado este ponto a votação, foi o Relatório de Gestão e Prestação de Contas aprovado por maioria, com oito votos contra da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.7 - Revisão do Plano Director Municipal de Pombal, Comissão de Acompanhamento.

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia informou ter dado na Mesa uma proposta, da Bancada do PSD

“Os membros da Assembleia Municipal de Pombal, abaixo assinados, subscrevem a candidatura de Pedro Filipe da Silva Murtinho para representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Pombal.”

Não tendo dado entrada mais nenhuma proposta na Mesa, passou-se à votação por escrutínio secreto.

Terminada a votação, o Senhor Presidente chamou para proceder à contagem dos mesmos, os Deputados Municipais João Coucelo e João Coelho.

Terminada a contagem verificou-se ter sido designado o Senhor Eng.º Pedro Filipe da Silva Murtinho para representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento



MUNICÍPIO DE POMBAL

da Revisão do Plano Director Municipal de Pombal, com trinta votos a favor e nove votos em branco.

2.8 - Apresentação, discussão e votação da Proposta da Câmara sobre Delegação de Competências do Município de Pombal na CIMPL

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que teceu as considerações que entendeu.

De seguida leu a deliberação distribuída pelos membros da Assembleia e que a seguir se transcreve:

“Ponto 26.0 – Delegação de Competências do Município de Pombal na CIMPL

Foi presente à reunião a proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve:

“Considerando que a institucionalização dos Serviços Municipais de Informação ao Consumidor, reforçada através da Lei n.º 24/96, de 31 de Julho e alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 67/2003, de 8 de Abril, estabelecem o regime aplicável à defesa dos consumidores, competindo também às Autarquias Locais a protecção dos consumidores, competência essa atribuída no quadro da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.

Considerando ainda que a CIMPL tem por objecto a prossecução dos interesses dos Municípios Associados;

Considerando que tais delegações de competências se traduzem numa maior operacionalidade e celeridade da decisão, com benefícios para os cidadãos;

Propõe-se que a Câmara Municipal de Pombal ao abrigo do artigo nos termos do art.º 29.º Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, proceda à delegação das referidas competências na CIMPL – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral, configurando esta delegação de competências um dia de serviço efectivo em cada um dos Municípios associados.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra transcrita e remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

De seguida colocou este ponto a discussão.

Não havendo ninguém interessado em usar da palavra, passou-se à votação, tendo a delegação de Competências do Município de Pombal na CIMPL, sido aprovada, por unanimidade e por minuta.

Terminados os assuntos da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente, tendo-se inscrito:

Alcides Simões, residente em Casal da Lagoa, Freguesia de Vila Cã, que interpelou o Senhor Presidente da Câmara como se segue:

“Sr. Presidente da Câmara, convido-o a percorrer a cidade, em cadeira de rodas, eu acompanho-o e se V. Exa. está convencido que tem uma grande Cidade, quer-me parecer que vai ter uma grande desilusão.

Agradeço o convite que me fez para me dedicar à pastorícia quando me reformar, e lastimo que a oportunidade de lhe agradecer só tenha vindo agora. Desejo-lhe sucesso, como empresário, uma vez que manifestou intenção de também se dedicar à pastorícia quando se reformar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por outro lado, Senhor Presidente da Câmara, creio que com meia dúzia de cabras não perecerá, de forma alguma, de solidão, eu, por meu lado, tenho um galo, o galo dá pelo nome de Crisântemo, mais precisamente, Crisântemo Bicicleta. O bicho não é novo nas andanças, é a quarta versão, tem esporões de um quarto de palmo e eu não vou substituí-lo por outro animal, muito menos por meia dúzia de cabras, mas mantenho-o porque o cantar do galo é de artista, canta realmente muito bem, o que alivia o stress, e meia dúzia cabras podem-me aliviar a solidão mas não o stress, por isso Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu como se transcreve:

“Só vou dizer ao Senhor Alcides que o Concelho está desertificar que precisa, efectivamente, de protecção para não haver fogos, de limpeza da floresta, precisa de funcionários públicos responsáveis, criteriosos e trabalhadores, e que não se reformem aos 50 anos.

Em relação à agricultura, devo dizer que ainda hoje comprei uma máquina de sulfatar para trabalhar com ela amanhã, para pulverizar árvores e também me quero dedicar àquilo que fiz até aos vinte anos, que é o sector primário, que gosto e não é desprezo nenhum, qualquer homem tenha a profissão que tiver, fazer qualquer tipo de trabalho, o país está cheio de doutores, está cheio, efectivamente, de demagogos, de fundamentalistas, que não contribuem em nada para que Portugal continue ou que possa ser um País de excelência e de referência internacional,

Não pode pagar o justo pelo pecador, tenho a certeza que temos uma grande Cidade, porque temos pombalenses, e muitos, a pensar de maneira diferente uns dos outros, se pensássemos todos como você, não inovávamos, não tínhamos criatividade, se calhar não tínhamos cabras a pastar, nem perus, nem patos, nem nada, temos de ter isso tudo.

Obrigado pela sua ironia, por tudo aquilo que apresentou, já é um assíduo participante nestas Assembleias Municipais, e eu peço-lhe para ter mais criatividade, mais elevação e nos alegrar a todos.

Hoje foi um dia positivo, certificámos, em termos de qualidade, o Sector do Património, das Obras Públicas, do Aprovisionamento, da Biblioteca, da Contabilidade e da Tesouraria.

A certificação vai ser extensiva a todos os Departamentos e a todos os Serviços da Câmara. Fomos a primeira Câmara, a nível nacional, a certificar serviços, somos rotulados de boas práticas administrativas.

Queremos ter todos os sectores desenvolvidos, com cabras, com perus, com touros, com touradas em Abiul etc., em todos os domínios, e com o respeito que devemos ter por todos.”

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia**, informou o seguinte:

“Como se lembram, o Senhor Engenheiro Mário Cação, na última Assembleia Municipal, solicitou que esta Assembleia se pronunciasse sobre o nome a dar à Escola Secundária de Pombal, foi nossa intenção que os presentes manifestassem a sua opinião através do site da Assembleia Municipal, alguns fizeram-no, outros não, foram poucos, infelizmente, os que o fizeram.

Eu mais uma vez saio desta Assembleia com a sensação que há pontos que ainda não estão exaustivamente discutidos, poder-se-iam continuar a discutir. Todos os Senhores têm a password para entrar naquele sistema, podem lá manifestar a vossa opinião, é para isso que aquilo existe, se uma pessoa tem a coragem e a vontade de o expressar, aqui, verbalmente, porque não fazê-lo naquele site, têm ali essa oportunidade, talvez de uma maneira, até, profundamente reflectida, podendo consultar os livros para fundamentar as suas razões.



MUNICÍPIO DE POMBAL

No nosso entendimento, não era para discutir publicamente nomes, essa não é a vocação desta Assembleia, também sabemos que, do ponto de vista legal, qualquer nome que ficou sugerido, podia ser vetado pelo Conselho da Escola, mas, de qualquer maneira, não queremos deixar de participar numa solicitação do Conselho e, assim o fizemos.

Reuni-me com os líderes de Bancada, auscultei a opinião deles, e acordámos neste argumento que achei particularmente importante:

Há três escolas a seguir ao básico, em Pombal: a Conde Castelo Melhor, a Marquês de Pombal que administra o mesmo tipo de ensino, é justo que tenha um epónimo, e a Escola Secundária de Pombal, que é única, e os meus colegas foram de opinião que para a escola, o nome a sugerir, seja Escola Secundária de Pombal.”

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão eram vinte e uma horas, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: